

Cavaco Silva categórico

HOJE SOMOS UM PAÍS EM MOVIMENTO

• *Fomos durante tempo excessivo um País adiado*

Ao falar no passado domingo, na Merceana (Alenquer) o Prof. Cavaco Silva declarou que Portugal tem de «correr e saltar o muro» de 1992, quando se formar o mercado único europeu.

«Temos à nossa frente um muro inamovível, que é 1992. Ou corremos e saltamos, ou batemos com a face no muro», salientou Cavaco Silva no final do almoço no Clube Regional de Recreio e Cultura da Merceana.

«A ambição do Governo é saltar o muro e conseguir condições semelhantes às dos outros países», explicou ainda Cavaco Silva no seu discurso de improvisado.

O chefe do Executivo reafirmou que «não é possível adiar mais» as reformas necessárias. «Temos de fazê-las quase ao mesmo tempo, enquanto os outros países fizeram uma de cada vez», disse.

«O povo — adiantou — não nos perdoaria se não chegarmos a 1992 em condições de marchar lado a lado com os outros países europeus».

A importância das Misericórdias

Cavaco Silva que presidiu à inauguração do Lar e Centro de Dia da Santa Casa da Miseri-

córja da Azambuja, após a visita a Alenquer, destacou o papel que as Misericórdias têm vindo a desempenhar, salientando o facto do seu Governo, e do anterior, terem tomado medidas no sentido de proteger estas instituições.

Como exemplo daquela acção governativa, o primeiro-ministro referiu a restituição dos hospitais que tinham sido retirados às Misericórdias — «um erro mostrado pela prática» — e o início do pagamento de rendas devidas àquelas instituições.

«Reconheço que não é possível reparar todas as injustiças que foram cometidas a estas instituições e estou convencido que nem este Governo nem os próximos conseguirão reparar essas mesmas injustiças» — acrescentou.

Para Cavaco Silva há ainda muito para fazer em Portugal, onde «nem tudo poderá ser recuperado de um dia para o outro». «Fomos durante tempo excessivo um País adiado. Hoje somos um País em movimento, contudo muito está ainda por fazer. Mas a tarefa dos governantes é tornar possível aquilo que parece quase impossível».



Cavaco Silva conversa com uma idosa no Lar da Terceira Idade da Misericórdia da Azambuja, cujas instalações visitou demoradamente, após a inauguração formal em que também esteve presente o Cardeal Patriarca de Lisboa

Governo apoia os idosos

Terceira Idade já tem Comissão Nacional

O envelhecimento da população, designadamente na generalidade dos países europeus, é hoje uma das questões mais actuais e mais influentes na formulação e no desenvolvimento das

políticas sociais.

Os dados relativos à situação portuguesa evidenciam também um crescente envelhecimento da população a partir da década de 60, com particular incidência nos últimos anos, o que deu progressivamente origem a fenómenos sociais preocupantes.

Assim como horizonte do ano 2000 Portugal terá cerca de 1,4 milhões de pessoas com 65 e mais anos, correspondendo a 13% da população total, dos quais 56% serão

mulheres e 37% terão mais de 75 anos, torna-se imperioso o estudo de novas medidas ou a dinamização das que têm vindo a ser adoptadas.

Ora, reconhece-se que, apesar da complexidade e importância daqueles problemas, se verifica uma escassez notória de estudos aprofundados sobre a problemática do envelhecimento da população portuguesa, nomeadamente sobre a análise prospectiva das repercussões das mudanças demo-

(Continua na página 3)

SUMÁRIO

Seminário sobre a acção política na perspectiva da Mulher Social Democrata

(pág. 3)

A importância da nova legislação agrária

(pág. 12 a 14)

Diálogo Luso-Espanhol



Felipe Gonzalez e Cavaco Silva prestando declarações aos jornalistas após o encontro informal em Doñana (Andaluzia)

(pág. 2)

TEMPO DE ANTENA
DO PSD

Hoje na RTP-1
após o Telejornal
das 19H30

Lisboa e Madrid consolidam relações

As relações entre Lisboa e Madrid atravessam agora uma fase de perfeita sintonia, após o encontro entre o primeiro-ministro Cavaco Silva e o seu homólogo espanhol, Felipe Gonzalez, na reserva natural de Donãna, na Andaluzia.

O encontro entre os chefes dos Executivos espanhol e português expressou bem a intenção de ambos em ultrapassarem a política da «boa vizinhança» e estreitarem relações, não só a nível bilateral, como também face aos novos desafios lançados, num futuro

próximo, pela Comunidade Económica Europeia.

Esta reunião informal resultante do facto de tanto Cavaco Silva como Felipe Gonzalez passarem um curto período de férias em localidades próximas, durante a quadra da Páscoa, permitiu, assim, através da ausência de protocolo, uma abordagem mais fácil dos problemas que afectam ambos os países. Este foi o primeiro encontro desta natureza entre os dois políticos e que reflectiu, também, o bom entendimento que já tinha transparecido em Novembro passado na Cimeira

de Madrid, o qual resultou num salto qualitativo nas relações económicas e políticas dentro do espaço ibérico.

Nas questões abordadas em Donãna, C.E.E., NATO e África Austral foram os pontos de destaque, embora tenha sido a Comunidade Europeia o assunto dominante.

A Espanha ocupará a presidência da Comunidade no primeiro semestre de 1989, ou seja, a pouco mais de dois anos antes da entrada em vigor do grande projecto do Acto Único e, consequentemente, da criação do sistema

monetário e do Banco Central Europeu; pelo que o dirigente espanhol classificou como muito importante que se comecem já a debater estas questões entre dois países, os quais devem ter uma coordenação cada vez maior neste sentido, concretamente das suas políticas em relação ao Mercado Comum Europeu. O chefe do Executivo espanhol sublinhou ainda, que para Portugal e Espanha muitos dos projectos futuros são comuns, porque as infra-estruturas para comunicarem com a Europa também serão comuns, «assim como

compartilharmos alguns dos projectos mais importantes da CEE», concluiu.

Por seu lado, Cavaco Silva expressou no fim do encontro, a sua satisfação, referindo a propósito que existe uma nova fase no relacionamento dos dois países desde que entraram na CEE: «Já não se trata só de relações formais mas também pessoais para enfrentar e solucionar melhor os problemas», acrescentou o primeiro-ministro.

Em relação ao Acto Único Europeu, Cavaco Silva definiu-o como um grande de-

safio que se coloca à Península Ibérica, ressaltando que Portugal está a desenvolver todos os esforços no sentido de levar a cabo as necessárias reformas para combater o atraso que o país herdou devido à instabilidade política dos últimos anos. E expressou ainda o desejo de que o bom entendimento que tem pautado as relações entre Portugal e Espanha, particularmente nos dois últimos anos, continue a ser uma constante não só a nível bilateral como nas relações dentro do espírito comunitário.

A caminho da Europa

NOTAS BREVES — 4

FERNANDO AMARAL

A Assembleia Consultiva, vulgarmente designada por Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, teve a primeira reunião da sua 39.ª sessão, no passado dia 25 de Janeiro, na cidade de Estrasburgo.

Porque nesta linda cidade se reúne, normalmente, aquela Assembleia e é a sede do Parlamento Europeu, ela é conhecida por capital política da Europa.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e o Parlamento Europeu são Assembleias distintas que pertencem a organizações internacionais diferentes.

A delegação portuguesa, chefiada pelo nosso Companheiro Soares da Costa, esteve presente naquela referida reunião com a totalidade dos seus deputados.

O desenvolvimento da agenda daquela reunião repartiu-se por 4 dias: de 25 a 29 de Janeiro. De entre os temas nela constantes destacamos: acidentes nucleares, campanha sobre a interdependência e a solidariedade Norte-Sul e política geral do Conselho da Europa.

O tema referente à Campanha Norte-Sul abrangia as questões sobre emigração, transportes, agricultura, ciência e tecnologia.

Porém, esta primeira reunião que deveria ocupar os 4 dias previstos com a discussão e votação dos temas propostos, foi reduzida para dois dias, em conformidade com a proposta que, no seu início, fora apresentada pelo Senhor Presidente. A referida proposta foi aprovada por uma folgada maioria. Ela teve como objectivo manifestar o protesto da Assembleia contra as restrições impostas pelo Governo francês à livre circulação de cidadãos de vários Estados membros do Conselho da Europa e afirmar a sua solidariedade para com estes últimos.

Aquelas restrições haviam sido firmadas com o fundamento da necessidade de defender a França da vaga de terrorismo que ultimamente se tem manifestado no seu território. Porém, a Assembleia entendeu que aqueles meios ofendem e põem em causa o direito fundamental referido.

A Assembleia está confiante que, em razão do protesto aprovado, o Governo francês venha a levantar aquelas restrições em obediência aos direitos do homem que todos os Estados membros se comprometeram a respeitar e a defender.

Em razão da aprovação do referido protesto, a Assembleia cuidou, apenas, de parte do tema respeitante à sua contribuição para a Campanha Norte-Sul no quadro da qual foi ouvida a alocução de Sua Majestade o Rei de Espanha e uma mensagem audiovisual do Senhor Presidente do Senegal.

Durante esta reunião intervieram nos debates os nossos companheiros, Soares da Costa e Silva Marques.

Luís Geraldes presidiu à sessão de lançamento

Portugueses na África do Sul criaram Associação de Empresários

O secretário-geral Adjunto do PSD, deputado Luís Geraldes, acaba de regressar da África do Sul, onde foi presidir à sessão de lançamento da Associação de Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP) naquele país — a primeira do género criada exclusivamente por jovens portugueses residentes no estrangeiro.

Lançada por um grupo de jovens empresários, gestores e profissionais por conta própria, a AJEPP é liderada por Carlos Miguel Oliveira — um jovem gestor português, residente em Joanesburgo há uma dezena de anos.

Para já, a AJEPP entrou em contacto com entidades bancárias sul-africanas com o objectivo de iniciar a implementação de uma instituição semelhante ao Fundo de Apoio ao Investimento do Jovem Empresário (FAIJE) e que possa beneficiar membros da associação agora criada que queiram investir na África Austral.

Irá ser criado — no âmbito da nova associação — um sistema de bolsas de estudo destinadas aos jovens portugueses que se queiram candidatar ao ensino universitário nas áreas da economia e da gestão. A AJEPP terá ainda — segundo Carlos Miguel Oliveira — um especial interesse pelos denominados «ninhos de empresas», fornecendo aos novos



LUÍS GERALDES — o apoio à juventude residente no estrangeiro

empresários subsídios e outras facilidades para instalação de novas empresas lideradas e criadas por jovens.

Refira-se ainda que a AJEPP está já em adiantadas conversações com algumas instituições bancárias sul-africanas com o objectivo de garantir aos seus associados vários tipos de financiamentos a iniciativas empresariais.

À cerimónia de lançamento da associação esteve presente o deputado Luís Geraldes, em representação do ministro Adjunto e para a Juventude, António Couto dos Santos. A apadrinhar a iniciativa estiveram ainda dois dirigentes da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), Vasco Sousa e Rui Faria, entidade à qual a associação agora criada fica agregada.

Presentes também dirigentes portugueses e sul-africanos ligados à vida política e empresarial dos dois países.

Da direcção da associação fazem ainda parte Jorge Silva Poço, Rogério Russo, José Reis, Maria José da Costa, Jorge Maia e Maria Manuela Louro.

A ideia de criação de uma associação deste género na RAS foi da responsabilidade de um grupo de 13 jovens empresários portugueses, liderados por Carlos Miguel Oliveira, que elaborou um primeiro documento de estatutos, contando para isso com o apoio do ministro português

de Jovens Empresários e Profissionais Portugueses, designadamente no que se refere à juventude residente no estrangeiro.

O secretário-geral Adjunto abordou ainda a situação estável da nossa economia, considerando-a «fruto da nova realidade económica e social que se vive actualmente em Portugal».

Também o jovem deputado madeirense, Coito Pita, prestou homenagem a todos os jovens envolvidos no projecto — o primeiro além-fronteiras.

Na mesma sessão de lançamento da AJEPP, Carlos Miguel Oliveira realçou e agradeceu o apoio do Estado Português, designadamente do ministro da Juventude, Couto dos Santos e do deputado Luís Geraldes.

Mencionou ainda que a associação nunca se envolverá na política da comunidade portuguesa na RAS e muito menos na dos dois governos, mas que «quer simplesmente desenvolver a capacidade empresarial e profissional dos jovens portugueses aqui residentes».

«Prendemos ainda — acrescentaria Carlos Miguel Oliveira — reforçar os contactos já existentes entre a República da África do Sul e Portugal».

Mensagem do Ministro Couto dos Santos

A importância da geração mais jovem na modernização do País levou a que um dos objectivos do XI Governo Constitucional seja a aposta nos Jovens Empresários, fomentando-se a injeção de sangue novo no tecido empresarial e reforçando a componente tecnológica nacional.

A existência de um forte espírito empresarial nos jovens da comunidade portuguesa na África do Sul constitui assim, para nós, motivo de especial orgulho e de natural esperança.

E que, se conseguirmos potenciar a participação dos jovens das comunidades portuguesas na construção da sociedade moderna e desenvolvida que ambicionamos para Portugal, instituições portuguesas, poderá funcionar como palco privilegiado para a troca de experiências mútuas.

Articulando vontades e esperanças, estou certo de que os Jovens Empresários de Joanesburgo não deixarão de dar o seu melhor contributo.

Em conjunto, iremos, certamente, assegurar um Futuro melhor.

Povo Livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
R. de Buenos Aires, 39 • 1296 LISBOA CODEX
Telefs. 60 90 42/60 21 40 • SAPL Telefs. 60 93 79/60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:

VASP - Soc. Transporte e Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

Cavaco Silva na abertura do Seminário «A Acção Política na Perspectiva da Mulher Social Democrata»

No próximo sábado, dia 16, às 9.30 h., o Prof. Cavaco Silva preside, em Lisboa, à sessão de abertura do Seminário sobre a «Acção Política na Perspectiva da Mulher Social Democrata», que decorrerá no Auditório Grão-Pará, Rua Castilho, n.º 50.

É o seguinte o programa do Seminário:

9.30 h. — Abertura pelo

Prof. Cavaco Silva. 10 h. — 1.º Tema: A mulher como pessoa; Igualdade de oportunidades — *Adelaide Lisboa*. A mulher imigrante e a reinserção no País — *Manuela Aguiar*. 10.30 h. — Intervalo. 11 h. — Debate e Intervenções. 14.30 h. — 2.º Tema: A mulher na família; Intervenção social da mulher dona de casa — *Leonor Beleza*. Pro-

moção da mulher enquanto membro da família; O papel da Mãe e do Pai; Mudança de atitudes — *Marieta Pinto*. Conciliação da vida profissional e/ou política e partilha das responsabilidades familiares na situação de dupla carreira — *Cecília Catarino*. 15.15 h. — Debate e Intervenções. 16 h. — 3.º Tema: A mulher

na administração pública, empresas públicas, empresas privadas e banca — *Helena Sacadura*. A mulher criadora de cultura — *Agustina Bessa Luís*. 16.30 h. — Debate e Intervenções. 17.45 h. — Intervalo. 18.15 h. — Leituras das conclusões por *Natalina Pinto*. Encerramento por *Eurico de Melo*.

Importantes decisões do Governo

Optimizar acções do PEDIP

(Continuação da 1.ª página)

gráficas sobre a organização social, económica e cultural.

Na linha destas preocupações, o Governo incluiu no Capítulo III do seu Programa e na área da Segurança Social «a definição e execução de uma política nacional para os idosos, que vise a garantia de um nível de vida condigno, a prestação de cuidados de saúde possíveis para prolongar a vida e diminuir o sofrimento

físico, a manutenção nos limites realizáveis da autonomia e privacidade pessoais e familiares e o cumprimento pela família e pela sociedade dos deveres de gratidão e solidariedade para com os mais idosos».

Entende-se que, para o efeito, é da melhor conveniência a criação de um órgão de natureza interdisciplinar que seja incentivador, promotor e coordenador, respectivamente do estudo e da elaboração de

propostas conducentes à definição de uma política social global, coerente e adequada às necessidades da população idosa portuguesa.

E, assim, o Governo, na reunião do passado dia 7, decidiu criar a Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade.

Foi aprovado um diploma que liberaliza o seguro de riscos de crédito, o qual é actualmente um exclusivo da Companhia de Seguros de Crédito, E. P. (COSEC). Manter-se-á este exclusivo apenas nos casos de seguros de crédito à exportação por conta ou com apoio do Estado. Trata-se de introduzir no quadro português, uma directiva do Conselho das Comunidades Europeias.

São abrangidos os seguros de crédito propriamente dito, bem como os seguros de caução, aval, fiança, evasão financeira, operações de cobrança.

O Governo aprovou uma proposta de lei de autorização legislativa a remeter à Assembleia da República e que visa transformar a Associação dos Arquitectos Portugueses em Associação pública, dotando-a de novos estatutos.

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que não permite a realização fora do território do País de competições desportivas que determinem a atribuição de títulos nacionais ou de qualificações de sentido equivalente envolvendo o nome de Portugal.

Com efeito, tem de se evitar que, por motivos de simples conveniência económica ou por inadequada ponderação dos valores a considerar se criem, no campo das actividades desportivas, determinadas situações que são susceptíveis de afectar a imagem e o bom nome do País.

Em Setembro de 1988 têm lugar os 24.º JOGOS OLÍMPICOS da era moderna, acontecimento desportivo da maior projecção mundial e no qual Portugal participará com uma significativa delegação de atletas.

Considerando que nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, Portugal ganhou pela primeira vez uma medalha de ouro na modalidade de maratona masculina, tem-se por oportuno celebrar os sucessos dos atletas nacionais em anteriores Olimpíadas, bem como, assinalar a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Seul com a emissão de uma moeda comemorativa, pelo que o Governo decidiu autorizar a respectiva cunhagem através da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

A aprovação pela Comunidade Económica Europeia do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, com a criação de uma linha específica inscrita no orçamento comunitário no montante de 500 milhões de ECU's, essencialmente dirigida ao financiamento de acções de modernização, diversificação, reestruturação e inovação industriais, implica a criação de uma estrutura simples e flexível no Ministério da Indústria e Energia.

Por isso, o Governo decidiu instituir a figura do Gestor do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, assessorado por um reduzido número de técnicos, ao qual é atribuída a responsabilidade para assegurar a execução e coordenação dos programas operacionais do PEDIP, bem como para garantir a articulação com as associações empresariais e outros agentes económicos e sociais interessados no Programa.

FLAGRANTES - 15

A greve política

Cumpra condenar sem apelo as greves políticas. Elas constituem um verdadeiro abuso de poder por parte dos sindicatos e dos trabalhadores. Num país Democrático, só ao Parlamento compete controlar e, se necessário, derrubar o Governo. Seja qual for o lugar que o sindicalismo ocupe no contexto da Nação, não se poderá admitir que ele queira ou possa impor, pela força, uma linha de conduta ao Governo. É que este só responde pelos seus actos perante o Parlamento e, através dele, perante todo o País.



FERNANDO AMARAL

O Parlamento, em razão da sua própria constituição e natureza, é o representante do titular originário da soberania. Como representante do Povo que o elegeu, compete-lhe assegurar e garantir que a actuação do Governo se desenvolva de acordo com a vontade que o Povo livremente manifestou. Só o Povo, como titular da soberania e através dos seus representantes, tem o direito de controlar os actos do Governo, julgando da adequação dos seus processos e da sua actuação aos fins objectivados no programa que fora aprovado no Parlamento.

Se a greve política fosse tolerada, não haveria mais governo que pudesse sobreviver senão o totalitário. Por isso, admitir a greve política, seria cavar a sepultura da Democracia, matar a liberdade, abrir caminho ao totalitarismo.

É que tal greve visa o próprio Estado, no exercício do seu poder político, na pretensão de distorcer ou aniquilar os instrumentos e os processos democráticos, constitucionalmente consagrados, que configuram os meios pelos quais os órgãos do Poder exercem a sua acção. Esta tem de ser orientada no sentido de servir o Bem comum, o Interesse Nacional, e são os governantes que, como seus servidores, têm a responsabilidade política de os concretizar. Para tanto, o Governo apresenta o seu Programa de acção no Parlamento. Discutido, apreciado e votado tomou a natureza de lei. O Governo deve-lhe obediência e tem a responsabilidade de o realizar e cumprir.

E por ele responderá perante o Parlamento. É por esta razão que o Parlamento possui a especial competência de fiscalizar e vigiar os actos do Governo no sentido de verificar, permanentemente, se aqueles se adequam ou não ao Programa aprovado. Mas, se o Parlamento detém aquela competência, possui ainda uma outra: a de responsabilizar politicamente o Governo pelos seus processos e objectivos de actuação.

A competência para a fiscalização dos actos do Governo e a da exigência da sua responsabilidade política, são atributos do Parlamento nas Democracias pluralistas. Deslocar tais competências para o seio dos Sindicatos é destruir a arquitectura do Estado de Direito e roubar aos órgãos próprios o direito, que é dever, de exercer em plenitude as funções que o Povo, constitucionalmente, lhes atribuiu. Seria a subversão da Democracia Pluralista, o trucidar dos seus valores, a destruição da Ordem Social.

Bem sabemos que esta não poderá existir verdadeiramente se não for edificada sobre uma ordem económica. Esta não aflorará se o trabalho não for genuinamente humano. Se este é julgado, apenas, como factor de produção, ou como uma mercadoria, ele não atingirá a dignidade pessoal, que é exigência da sua própria natureza já que a pessoa é um portador de valores e não um elemento da engrenagem do aparelho produtivo. Por isso, tomamos como um imperativo da consciência democrática tudo quanto contribua para restituir ao trabalho a sua dignidade humana, plena e última.

Lutar por um salário justo, por melhores condições de trabalho, pela segurança, por uma melhor justiça na distribuição da riqueza, por melhores prestações sociais, por uma reforma justa e por maiores garantias na defesa da saúde e da educação, designadamente a profissional, são razões que podem justificar as greves. Quando elas se inserem naqueles espaços e se esgotaram todos os meios conducentes à sua concretização, ganham legitimidade. Porém, quando os sindicatos instrumentalizam aquelas razões e objectivos para servirem, tão só, os interesses políticos, alheios ao quadro daquelas justas reivindicações, desvirtuam os processos e os mecanismos próprios da manifestação da vontade popular.

É por aqueles motivos que condenamos, sem reservas, as greves políticas.

A condenação que fazemos traz implícita a convicção profunda e inabalável duma maior responsabilidade do Parlamento na defesa dos processos, constitucionalmente estabelecidos, que garantam, pela sua isenção e independência, o livre curso das manifestações de vontade que consubstanciam o Estado de Direito na Democracia Pluralista que marca o nosso destino.

A. Distrital da A. M. L

Convoca-se a Assembleia Distrital da A. M. L. para uma reunião a realizar no dia 15 de Abril, pelas 21.30 h., no Hotel Altis (Rua Castilho, 11, Lisboa) e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Contas de 1987 e Orçamento para 1988
- 2 — Análise da situação política nacional

Agualva-Cacém

Nos termos estatutários do PSD, convocam-se todos os militantes para uma reunião a realizar na Sede da Secção, Rua Elias Garcia nº 71, 1.º Dt.º, no dia 15 do corrente pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Eleição dos 3 Delegados ao Congresso.

Amadora

Nos termos do art. 6.º do Regulamento do XIV Congresso Nacional convoca-se uma Assembleia extraordinária dos militantes da secção concelhia do PSD da Amadora, a realizar na sede da mesma no próximo dia 14 de Abril, pelas 21.30 h., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional

Anadia

Ao abrigo dos Estatutos convocam-se os militantes para o plenário a realizar no dia 15/04/88, às 21 horas no Cine-Casino da Curia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política nacional, com a intervenção de Oliveira e Costa, Presidente da Comissão Política Distrital e Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.
- 2 — Eleição de um delegado e dois observadores ao XIV Congresso

Aveiro

Ao abrigo do art. 41.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma reunião da Comissão Política Distrital, para o dia 16 de Abril, pelas 10.30 h, na Sede Distrital do PSD, Rua José Estêvão, 10-1.º em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos 4 delegados autarcas ao XIV Congresso
- 2 — Informações
- 3 — Análise da situação político-partidária

Bruxelas

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do Regulamento das Estruturas da Emigração, convoca-se a Assembleia Geral da Secção de Bruxelas para reunir no próximo dia 16 de Abril, pelas 19.30 h, na Rue du Belvédère, 26 em Bruxelas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política
- 2 — Representação da Secção no XIV Congresso do PSD
- 3 — Outros assuntos de interesse para a secção.

TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

CONTINENTE

6 MESES (26 números)	700\$00
12 MESES (52 números)	1250\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800\$00
12 MESES (52 números)	1550\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400\$00	2570\$00
OUTROS PAÍSES	1900\$00	3500\$00

Braga

Nos termos das disposições aplicáveis dos Estatutos Nacionais, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga do PSD, para reunir extraordinariamente no próximo dia 16 de Abril, pelas 17.00 horas, na Sede Concelhia de braga do PSD (sita no Largo da Senhora-a-Branca), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Delegados ao XIV Congresso Nacional.

Campanhã

Ao abrigo do disposto na alínea c), do nº 2 do art. 48º dos Estatutos, convocam-se os militantes da Secção de Campanhã, para tomar parte na Assembleia Eleitoral, que decorrerá no dia 15 de Abril das 21 às 23 h, na sede da Secção do P. S. D., sita na Rua de Contumil nº 653, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso

Cabeceiras de Basto

Nos termos dos Estatutos do PSD convoco todos os militantes para uma Assembleia Concelhia a realizar no próximo dia 17 (Domingo) do corrente mês de Abril, na Escola Preparatória, sita no Campo do Séco, freguesia de Refojos, pelas 14h30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política concelhia e nacional;
- 2 — Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 3 — Eleição da Mesa do Plenário;
- 4 — Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital;
- 5 — Eleição dos Delegados ao Congresso do PSD.

Cantanhede

Nos termos estatutários, convoca-se os militantes da Secção, para uma reunião a realizar na sua Sede em Cantanhede, no dia 15 de Abril, pelas 21.30 h, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do delegado ao XIV Congresso do Partido
- 2 — Designação dos observadores

Cartaxo

Ao abrigo do art. 49º dos Estatutos do PSD convoca-se para o próximo dia 16 de Abril, na sede concelhia, na Rua Serpa Pinto Lote 3 — 1.º Dt.º, pelas 15 horas, uma reunião extraordinária da assembleia concelhia, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição do delegado e observadores ao XIV Congresso Nacional.

Castelo Branco

Ao abrigo da alínea c), do nº 2 do art. 48º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Concelhia para uma reunião extraordinária a realizar no dia 15 do corrente, pelas 21 h, na Sede do Partido em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição de 5 delegados ao XIV Congresso Nacional

Covilhã

Ao abrigo do artigo 49º dos Estatutos convoca-se a Assembleia de Secção do PSD/Covilhã, para uma reunião ordinária no dia 16/Abril, pelas 21 horas, na sede do Partido, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos delegados e observadores da Secção, ao XIV Congresso Nacional do PSD.
- 2 — Análise da situação política.

Entroncamento

Nos termos das disposições estatutárias convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir em sessão extraordinária no dia 16 de Abril pelas 15 h na Sede, sita na Rua Almirante Reis, 6-2.º esquerdo no Entroncamento com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos delegados ao Congresso

Gondomar

Ao abrigo da alínea c) do art. 48º dos Estatutos, convocam-se os militantes para participarem na eleição de 7 delegados ao XIV Congresso. A Assembleia funcionará na Sede Concelhia no dia 16 de Abril, das 21.30 às 23 h.

Leiria

Nos termos do art. 49º dos Estatutos do Partido, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 16 de Abril pelas 15 h, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. José Jardim nº 32 em Leiria, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição de delegados ao Congresso
- 2 — Análise da situação político-partidária

Loures

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento do XIV Congresso Nacional, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 22 de Abril, pelas 21.30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição de delegados da secção ao XIV Congresso Nacional

Maceda

Convocam-se todos os militantes do Núcleo de Maceda para uma Assembleia do Núcleo ao abrigo do nº 2 do artigo 70º dos Estatutos, a realizar no dia 23 de Abril pelas 21 horas, na Sede do Núcleo em Maceda, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Maia

Nos termos dos Estatutos do PSD convocam-se todos os militantes da Assembleia Concelhia da Maia, para uma reunião extraordinária a realizar no dia 15 de Abril, pelas 21.30 h, na sede concelhia à Praça do Município com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional.

Nos termos dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Maia, a reunir no próximo dia 15 de Abril, pelas 22.30 h, na sede concelhia à Praça do Município com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Período de antes da ordem do dia
- 2 — Período da ordem do dia
 - 2.1 — Apreciação do relatório da Comissão Política
 - 2.2 — Análise da situação política geral

Nos termos dos Estatutos do PSD e do regulamento eleitoral da secção concelhia convocam-se todos os militantes da secção, a votar no próximo dia 16 de Abril, no período compreendido entre as 16 e as 22 horas, na sede concelhia, à Praça do Município para os seguintes órgãos:

- 1 — Eleição da Mesa do Plenário
- 2 — Eleição da Comissão Política
- 3 — Eleição dos delegados à Assembleia Distrital

Mafamude

Da conjugação da alínea c), ponto 2, art. 56º e do conteúdo da proposta aprovada em 13/11/87 em Assembleia Ordinária de Núcleo, convocam-se os militantes do Núcleo de Mafamude, para uma Assembleia de Núcleo, no próximo dia 22 pelas 21.30 h, na sede do PSD, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1339 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- A) Apresentação do Relatório de Síntese da actividade da Comissão Política
 - b) Apresentação do Relatório de Contas.
 - c) Eleição da nova Comissão Política para o biênio 1988/90.
- As 21 h proceder-se-á ao DESCERRAMENTO DE UMA FOTOGRAFIA do nosso Líder Prof. CAVACO SILVA, na nossa sede.

Monção

Nos termos do disposto no art. 49º dos Estatutos, convocam-se os militantes para uma reunião ordinária da Assembleia de Secção do PSD de Monção que se realizará no próximo dia 15 de Abril, pelas 21 h, na sede sita na Praça Deu-la-Deu, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos delegados e observadores ao próximo Congresso do PSD.
- 2 — Outros assuntos de interesse para o PSD.

(Continua na página 5)

Montijo

De acordo com os estatutos convocam-se todos os militantes do P. S. D. da Secção do Montijo, para um plenário a realizar no próximo dia 15 de Abril, pelas 21 h, no edifício de gaveto contíguo com o café Nacional na Praça da República.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional do P. S. D.

Moscavide

Ao abrigo dos Estatutos, convoco os militantes da Secção de Moscavide, para a Assembleia que se realiza no próximo dia 16/04/88, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos Delegados ao Congresso.
- 3 — Análise da situação política.

Oeiras

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes da secção, para comparecerem no próximo dia 15 de Abril pelas 21 h, na sede da Secção, Rua Heliódoro Salgado, 12 r/c. Esq. a fim de se proceder à eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional, acto que terá início às 21 h e terminará às 24 h.

Odivelas

Ao abrigo do art. 49º dos Estatutos, convocam-se todos os militantes da Secção de Odivelas para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, que se realiza no próxima dia 15 de Abril pelas 21h30, na Secção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD.

Ovar

Convocam-se todos os militantes da Secção de Ovar para uma reunião da Assembleia de Secção no dia 16 de Abril, pelas 21 horas, a realizar na nossa Sede Concelhia com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição de 4 delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD.

Paranhos

Ao abrigo dos Art.ºs 48º e 49º dos Estatutos, convoco a Assembleia da Secção de Paranhos do PSD a reunir no próximo dia 15 de Abril, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política.
- 2 — Eleição de Delegados ao Congresso.
- 3 — Outros assuntos de interesse da Secção.

Palmela

Nos termos dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da área da Secção de Palmela, para uma reunião extraordinária da Assembleia Concelhia para o dia 15 de Abril, pelas 21 horas na Sede concelhia sita na Nova Palmela, lote 5, Cave A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do Delegado ao Congresso do PSD.

Paredes

Nos termos e em conformidade com o regulamento aprovado pelo Conselho Nacional, convoca-se um plenário Concelhio para o próximo dia 16 de Abril pelas 15 horas, na Sede do nosso Partido com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição de Delegados e observadores ao XIV Congresso Nacional.

Penafiel

Nos termos dos Estatutos do PSD convoca-se para o próximo dia 16 de Abril a Assembleia de Secção de Penafiel para efeito da eleição dos delegados ao Congresso, que terá lugar na Sede, entre as 14 às 19 h.

Peso da Régua

Nos termos do Artigo 49º dos Estatutos, convocam-se todos os militantes da Secção do PSD do Peso da Régua para reunirem, em Assembleia, no próximo dia 15, pelas 21 h na Escola Primária n.º 1, Av. dr. Antão de Carvalho, Peso da Régua, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso do PSD.

Ponte de Lima

Nos termos dos Estatutos em vigor, convocam-se os militantes para uma reunião da Assembleia de Secção de Ponte de Lima, a realizar pelas 21 h do dia 15 de Abril, na sede do Partido e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política nacional e local.
- 2 — Aprovação das contas do ano de 1987.
- 3 — Eleição dos delegados ao Congresso Nacional.

Portalegre

Ao abrigo do disposto do art. 49º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Portalegre, para reunir ordinariamente no dia 15 de Abril pelas 21 horas, na sede distrital, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição de delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD.
- 2 — Análise da situação política.

Póvoa de Varzim

Nos termos do n.º 2 do art. 6º do Regulamento do XIV Congresso, convoca-se as eleições de delegados ao C. N. para o próximo dia 16 de Abril, com abertura da urna às 18.00 h e encerramento às 20 h.

Queluz

Convocam-se os militantes da secção de Queluz para um plenário a realizar no próximo dia 14 de Abril pelas 21.30 h, na sede (Av. da República, n.º 85 porta 3 em Queluz) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da situação política
- 3 — Eleição dos delegados da secção ao Congresso do PSD

Santarém

Nos termos dos artigos 48º e 49º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, a reunir extraordinariamente, no dia 15 de Abril, pelas 21.30 h, a realizar na nossa sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional
- 3 — Análise da situação política autárquica.
- 4 — Análise da situação político-partidária

Santo Tirso

Ao abrigo do art. 49º e, em obediência à alínea c) do art. 48º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 16 de Abril pelas 21 h, na Sede Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição de 4 (quatro) delegados, ao XIV Congresso Nacional a realizar nos dias 17, 18 e 19 de Junho em Lisboa.
- 2 — Reflexão sobre as Eleições Autárquicas de 1989.

Secção A

Ao abrigo do art. 49º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção A de Lisboa, para reunir em sessão extraordinária, na sua sede, Rua República da Bolívia, 53-1º Dt.º, no próximo dia 14 de Abril, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional.

Secção B

Nos termos do art. 48º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia da

Secção B da Área Metropolitana de Lisboa, a reunir em sessão extraordinária, na sua sede, ao Campo Pequeno, 16, 3º, no próximo dia 14 de Abril, pelas 20,30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados da Secção B ao XIV Congresso Nacional do Partido Social Democrata.

Secção D

Nos termos dos artigos 48º e 49º dos Estatutos, do Regulamento do XIV Congresso Nacional e do artigo 32º do Regulamento Interno da Secção, convoca-se a Assembleia da Secção D da AML para reunir em sessão extraordinária, na sede da Secção, na Rua Rosa Araújo n.º 16, 1º Esq.º em Lisboa, das 19 às 24 horas do próximo dia 20 de Abril com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados da Secção ao XIV Congresso Nacional.

Secção J

Convoca-se a Assembleia Extraordinária da Secção J (Beato) a realizar no próximo dia 15 de corrente pelas 21h30m na sede da Secção com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do delegado ao XIV Congresso Nacional.
- 2 — Eleição de observadores ao XIV Congresso Nacional do PSD.
- 3 — Análise da actual situação política.

Secção Litoral do Porto

Dando cumprimento ao disposto no art. 70º, n.º 2, dos Estatutos nacionais do PSD e resultante do disposto no art. 68º, n.º 2 (Impugnações), dos referidos Estatutos, a Comissão Permanente da CPD do Porto do PSD, usando do direito que lhe conferem as disposições legais, convoca a Assembleia da Secção Litoral do Porto do PSD, para reunir no próximo dia 15 de Abril, pelas 21.30 h, na sede sita à Rua do Teatro, 145 — Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD

Dando cumprimento ao disposto no art. 70º, n.º 2, dos Estatutos nacionais do PSD e resultante do disposto no art. 68º, n.º 2 (Impugnações), dos referidos Estatutos, a Comissão Permanente da CPD do Porto do PSD, usando do direito que lhe conferem as disposições legais, convoca a Assembleia da Secção Litoral do Porto do PSD, para reunir no próximo dia 22 de Abril pelas 21.30 h, na sede sita na Rua do Teatro, 145 — Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
- Eleição da Comissão Política da Secção para o biênio 1988/90
- Eleição dos delegados à Assembleia Distrital do Porto do PSD.

Secção Ocidental do Porto

Ao abrigo dos Estatutos convoca-se a Assembleia desta Secção para reunir extraordinariamente na sua Sede, Rua do Pinheiro Manso, 305, Porto, no próximo dia 15 de Abril pelas 21.30 h, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados ao XIV Congresso.

Sesimbra

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sesimbra para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 16.04.88 na sede Concelhia do Partido, Rua da República n.º 20, 1º Esq.º, pelas 21.30 horas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional.

Sintra

Nos termos do artigo 49º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para uma Reunião Extraordinária a realizar dia 16 de Abril às 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos delegados ao Congresso Nacional.
- 2 — Outros assuntos de interesse da Secção.

Investigação científica e desenvolvimento tecnológico bases do progresso e bem-estar



João Belém — atrair jovens licenciados

Aumentar a compreensão da ciência não é um luxo mas um investimento vital para o futuro bem-estar da nossa sociedade.

A tese de que a ciência não é uma extravagância mas um bem imprescindível para o nosso bem-estar foi o ponto de partida para a intervenção do deputado social-democrata, João Belém, no sentido de justificar o projecto de lei do PSD sobre a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico debatido e aprovado na semana passada.

A ciência e tecnologia, disse aquele deputado, desempenham hoje em dia um papel muito importante na maioria dos aspectos da nossa vida. Quase todos os temas de política pública têm implicações científico-tecnológicas, pois todos os que têm que tomar decisões, quer sejam parlamentares, funcionários públicos, dirigentes de comércio ou indústria, ou eleitores numa sociedade democrática, necessitam de compreender as bases científicas das suas decisões.

Todos necessitamos de ter alguma compreensão da ciência, das suas realizações e limitações pois aumentar esta compreensão não é um luxo, é, pelo contrário, um investimento vital para o futuro bem-estar da nossa sociedade.

Conseguir um aumento substancial de compreensão da ciência pelo público depende, especialmente, de a própria

comunidade científica reconhecer as suas responsabilidades para com o mesmo.

Deve, pois, requerer-se, que o sistema educativo e os meios de comunicação social assumam o desafio de apresentar a ciência ao público de uma forma mais geral e que sejam fornecidos meios adequados por parte daqueles que têm o poder para o fazer.

Tem, portanto, o grupo parlamentar do PSD a convicção de que o seu projecto de lei dá a resposta conveniente aos nossos objectivos de apoiar o desenvolvimento e modernização do País, através do reforço da inovação científico-tecnológica, matéria sobre a qual o Governo e o Partido Social Democrata tem vindo a produzir claras manifestações de vontade política de realizar reformas e melhorar a situação actual, como prova o recente aumento de cerca de 15 por cento, relativamente ao ano passado, da verba para a investigação científica aprovado no Orçamento do Estado.

Podemos então ter a certeza que uma lei que proclame a investigação e o desenvolvimento tecnológico como prioridades nacionais terá, certamente, efeitos benéficos sobre o crescimento do sistema científico-tecnológico, sobre o seu planeamento, expansão e

formação e aproveitamento óptimo.

A educação científica é imprescindível para atingir um nível de conhecimento que satisfaça as necessidades mais prementes

Depois de referir as profundas alterações económicas e sociais pelas quais o País está passando, nomeadamente as resultantes da sua entrada na CEE e notar que Portugal dispõe de número significativo de investigadores, quer em laboratórios e institutos nacionais, quer em empresas públicas e privadas, o que tem vindo a dar um importante contributo para o reforço da autonomia tecnológica nacional, João Belém considera como condição *sine qua non* do desenvolvimento, a modernização e o esforço que se venha a fazer nos próximos anos nos sectores da educação e investigação científica.

Está isto em sintonia, disse, com o Programa do Governo do Prof. Cavaco Silva que indica como seus objectivos essenciais no domínio da ciência e tecnologia, o aproveitamento e valorização do conjunto dos recursos nacionais de todos os tipos, a promoção da inovação e a contribuição nacional para a expansão do saber.

No sentido da concretização de tais objectivos convém referir, por exemplo, o reforço das

verbas atribuídas à JNICT que, apesar das constricções a que a despesa pública tem de ser submetida, aumentou mais de 31 vezes de 1985 para 1988 e que a despesa pública em I & D quase que triplicou a preços correntes no mesmo período de tempo. Por outro lado, a preços constantes e admitindo que em 1988 a relação entre valores iniciais e finais se manterá igual à de 1987, verifica-se que a despesa pública será multiplicada relativamente a 1985 por um factor muito próximo de 2,3.

Neste sentido, o projecto de lei do PSD contém medidas que considera essenciais e prioritárias para o desenvolvimento científico-tecnológico, e que podem levar a reforço da regionalização que vise uma melhor homogeneização dos recursos que possam contribuir para eliminar todos os desequilíbrios de desenvolvimento regional.

Considerando que uma adequada educação científica é o ponto de partida de qualquer tentativa para atingir um nível de conhecimento que permita ir ao encontro das necessidades mais prementes, ao projecto do PSD não foram alheias as reformas introduzidas nas universidades, nomeadamente as referentes aos graus de doutoramento e mestrado, por atribuir particularmente importância ao incremento da investigação fundamental nos estabelecimentos de ensino superior através do apoio aos programas de investigação, à intensificação da formação de investigadores e ao reapetrechamento de laboratórios e outros centros.

Aposta numa política de captação de jovens para a investigação científica

Aposta-se também numa política de captação de jovens licenciados para a investigação científica, admitindo-os como bolsiros sem vínculo ao Estado, em dedicação exclusiva, em complemento da via tradicional do recrutamento de assistentes para o ensino superior e para os laboratórios do Estado, como forma de facilitar a mobilidade, e desse modo, a difusão da ciência e tecnologia no tecido social e económico.

Sentido a importância que o domínio da tecnologia tem para o nosso País, pois ela constitui o verdadeiro motor do bem-estar e progresso das sociedades modernas, o projecto do PSD estabelece uma lei-quadro que contempla grandes linhas de orientação no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico, passando por estabelecer orientações quanto à sua despesa, levantamento dos recursos materiais, humanos e financeiros existentes, programar a articulação entre as diversas unidades de investigação, avaliar sistematicamente os resultados obtidos, coordenar e fomentar a

cooperação internacional, favorecer a mobilidade do pessoal investigador e promover a difusão da cultura científica e técnica.

Contudo, para que se consigam resultados, é necessário investir. Desta situação resulta que se proponha como meta que os encargos da despesa nacional pública e privada de investigação científica e desenvolvimento tecnológico atinja, no prazo de 10 anos, 2,5 por cento do PIB, o que nos deve aproximar razoavelmente de países mais avançados da Comunidade.

Parece, pois, estar ao nosso alcance vermos atribuído ao sector da ciência e tecnologia um montante correspondente a 1% do nosso Produto Interno Bruto em 1990, colocando-nos assim no limiar do espectro onde se situam os países desenvolvidos que tomam as «coisas» da investigação científica a sério.

Lembra-se que os Estados Unidos atingiram o nível de 1 por cento do PIB para o orçamento da ciência e tecnologia em 1950 e que a percentagem média relativa aos países da Comunidade Europeia é actualmente de 1,8 por cento. Para que alcancemos aquela meta em 1990 muito ajudará que consigamos progressos visíveis em 1988 e 1989 quanto ao resultado dos projectos como quanto à própria forma de apresentação e organização dos meios para os realizar.

Tomar

De acordo com os Estatutos do PSD, artigo 48.º número 2 alínea C, convoca-se a Assembleia da Secção de Tomar para o dia 14 de Abril, pelas 20-30 h, a fim de dar cumprimento à alínea A do n.º 2 do artigo 66.º dos referidos Estatutos:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos delegados ao Congresso.

Vagos

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD e no Regulamento do Congresso, assim como no Regulamento da Secção Concelhia, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos para o dia 15 de Abril, pelas 29 h., na Sede concelhia.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Eleições dos Delegados e observadores do XIV Congresso Nacional do PSD.

Vila Flor

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Vila Flor, para uma reunião da Assembleia Geral, a realizar no próximo dia 16 de Abril pelas 10 horas, na Escola Secundária desta vila com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição de delegados ao XIV Congresso Nacional.

CONVOCATÓRIAS

V. N. da Barquinha

Ao abrigo dos Estatutos, convocam-se todos os militantes para uma reunião ordinária, na sede, Rua Dr. Barral Filipe, n.º 13, em Vila Nova da Barquinha, no dia 16 de Abril, com início às 15 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição do delegado ao Congresso;
2 — Relatório de contas do ano de 1987; e
3 — Diversos (análise da situação político-partidária, informações, etc.).

V. N. de Cerveira

Ao abrigo do n.º 2 c) do art. 48.º dos Estatutos do PSD/PPD, convoca-se a Assembleia Concelhia do PSD de Vila Nova de Cerveira, para reunir no dia 15 de Abril, pelas 21.30 horas, na Residencial Calisto, em Reboreda, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição dos delegados ao Congresso Nacional.
2 — Análise da situação política.

V. N. de Famalicão

De harmonia com o artigo 6.º do regulamento do 14.º Congresso Nacional do PSD convoca-se o plenário a realizar na sede, Rua Adriano

Pinto Basto, 138 Vila Nova de Famalicão, no dia 15 de Abril, às 21.30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações.
2 — Apresentação e votação do relatório e contas do exercício de 1987 e do orçamento para o ano de 1988.
3 — Eleição dos delegados ao Congresso.

Vimioso

Ao abrigo dos estatutos do PSD, convoca-se uma Assembleia Concelhia de todos os militantes da Concelhia, a realizar no próximo dia 17 de Abril, pelas 15 h, na sede do partido, em Vimioso e que conta com a seguinte:

AGENDA DE TRABALHOS

1 — Análise da situação política
2 — Eleição dos delegados ao Congresso do Partido
3 — Outros assuntos.

Vila Real

Ao abrigo da alínea c) do artigo 48.º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vila Real, para uma reunião a realizar no dia 15 de Abril pelas 21 horas, na sede do PSD de Vila Real sita na Rua da Boavista n.º 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleições dos delegados ao XIV Congresso.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 358 • 13 DE ABRIL DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

**MANUEL DUARTE
PAULO GUEDES DA SILVA**

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 702

NESTA EDIÇÃO

- TRIBUNA PARLAMENTAR
- ACÇÕES DE FORMAÇÃO

EDITORIAL

DIÁLOGO INDIFERENTE

«Quando não temos opinião formada ou preconceito prévio, somos extremamente abertos às informações».

Egdar Morin

A intervenção política passa pela diálogo, que só acontece nos dois sentidos: caso contrário é um diálogo de surdos.

A atitude dos Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira e do Presidente da JSD, Carlos Coelho, acompanhado por Mário Maciel, eleito pelos Açores e Presidente da JSD/Açores deve ser entendida no seu significado próprio, afastadas que deverão ser interpretações que os factos não autorizam.

Sem entrarmos em considerações jurídico-constitucionais importará referir os aspectos seguintes, no que toca ao retido de voto dos Deputados da JSD:

1.º — A posição assumida em nada afronta a unidade do Grupo Parlamentar do PSD. Muito pelo contrário: solidifica-a, já que vem demonstrar que a JSD no seu interior é respeitada e que a sua opinião não é inconsequente.

Um Grupo Parlamentar unido e interventor não pode ser necessariamente o espaço onde todos afinam pelo mesmo diapásão.

2.º — Ao votarem a favor da admissibilidade da proposta de Lei emanada da Assembleia Regional da Madeira, o Presidente da JSD e o Coordenador da Grupo de Deputados da JSD estabelecem em definitivo o princípio da dupla fidelidade dos Deputados da JSD facilmente aceite pelo partido ao incluir jovens nas suas listas: apesar do respeito pela disciplina de voto, há ocasiões em que os representantes da JSD corporizam uma posição diferente, expressão do sentir da organização.

3.º — Finalmente, procuraram os Deputados da JSD chamar a atenção da câmara, para a necessidade de uma discussão sincera sobre o problema candente em apreço: o serviço aéreo mínimo para a Madeira em caso de greve da transportadora nacional.

Podémos ser contraria ou a favor de tal proposta de lei: agora o que não devemos é evitar a sua discussão com base em argumentos frágeis em alguns dos seus contornos.

Este voto da JSD não é um voto contra o voto do PSD mas um voto a favor da liberdade de voto que deveria ser prevalecto.

A história se encarregará de julgar a JSD.

PEDRO GOMES

CONSENSO NÃO É DIÁLOGO PARALISANTE

Publicamos a intervenção do Deputado da JSD, Miguel Macedo, produzida no encerramento do debate realizado no passado dia 6, a propósito do recurso de admissão do pedido de autorização legislativa que autoriza o Governo a rever o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Questionada a admissão da Proposta de lei N.º 35/v pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e pelo Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática, somos chamados a emitir a nossa opinião sobre as alegadas inconstitucionalidades de que enfermaria tal proposta de lei.

O parecer que sobre a matéria foi elaborado e discutido no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias concluiu pela não verificação dos alegados impedimentos constitucionais pelo que, é posição daquela comissão — e posição aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do CDS, a abstenção do PS e os votos contrários do PCP e da ID — que nada obsta à apreciação pelo Plenário da Proposta de Lei N.º 35/v que autoriza o Go-

verno a rever o regime jurídico de cessação do contrato individual de trabalho.

Incidindo esta proposta de lei sobre matéria de reserva relativa da Assembleia da República — por força do N.º 1 do artigo 168.º da Constituição da República Portuguesa — impõe-se, em primeira linha, aferir do cumprimento da disposição constitucional que obriga as leis de autorização legislativa a definir o objecto, o sentido, a extensão e a duração da autorização.

Nesta matéria o recurso de admissão apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP questiona, tão só, o cumprimento do requisito constitucional de definição do sentido da autorização legislativa.

Uma leitura atenta da proposta de lei em causa basta para concluir que esta define com especificidade o sentido geral da legislação que o Governo

pretende aprovar e, embora sem relevância jurídico-constitucional, não queremos deixar de sublinhar e aplaudir que, em anexo à Proposta de Lei n.º 35/v, o Governo apresentou o projecto de decreto-lei sobre esta matéria.

Não faz pois sentido alegar quaisquer propósitos de sonegar à Assembleia da República a competência de discutir, em toda a sua extensão, tão importante matéria, a não ser que se pretenda, como é o caso, impedir que o Governo cumpra o seu programa e respeite assim, escrupulosamente, o mandato recebido pela maioria do povo português.

O Partido Social Democrata não tem da Constituição uma leitura anquilosada e fundada em preconceitos e dogmas polípticos sem qualquer correspondência com a realidade.

Ao invés, o Partido Comunista persiste em dar da Constituição a imagem de uma cartilha sacrossanta e não vê que, assim, contribuiu sucessiva, persistente e cegamente, para degradar, quicé irremediavelmente, a desejável intermediação entre a lei fundamental e a vontade da esmagadora maioria do Povo português.

Recorde-se que, desde Novembro, o Governo vem discutindo, em sede do Conselho Permanente de Concertação Social, as soluções que pretende consagrar no uso da lei de autorização legislativa de cujo recurso de admissão ora cuidamos.

Deste intenso debate resultaram benfeitorias que a proposta de lei consagrou e que traduzem um esforço de consunção que, todavia, não pode ser confundido com diálogo paralisante.

É que, o fluir da vida em sociedade, as exigências que hoje se colocam a um país que tem prazo marcado para, com sucesso,

aceder à plena integração no vasto mercado europeu e a necessidade de adaptar as estruturas económicas a exigências óbvias de produtividade, flexibilidade e inovação, impõem coragem política para proceder a uma reforma sempre prometida mas constantemente adiada.

A fragilidade dos fundamentos invocados pelos recorrentes prova que, uma vez mais, estivemos apenas perante um expediente formal esvaziado de razão que, antes de tudo, visa adiar, e adiar sempre, a alteração do quadro legal vigente colocando assim esta querela muito mais no campo das posições e condutas políticas que no da discussão jurídico-constitucional.

É a tentativa, vã tentativa adiante-se, de impedir o cumprimento de compromissos eleitorais claramente assumidos e que alicerçam o Programa do XI Governo Constitucional que, viabilizado nesta Câmara, deve constituir ponto de referência fundamental na avaliação e julgamento da actividade governativa.

O que pretendem o Grupo e Agrupamento Parlamentar recorrentes é a subsistência e a perpetuação de um quadro legal ao abrigo do qual foram criadas situações de gravidade social indiscutível como sejam a precariedade do emprego, a dificuldade de os jovens acederem ao 1.º emprego, os salários em atraso e outras mazelas sociais que, a muito custo, vamos conseguindo ultrapassar.

O Grupo Parlamentar do PSD subscreve o parecer aprovado na Comissão dos Direitos, Liberdades e Garantias e, em consequência, vai votar contra os recursos de admissão apresentados.

Lisboa, 6 de Abril de 1988

Jovem LÊ E DIVULGA Reformista

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

PÓVOA DE LANHOSO

Realizaram-se no passado dia 26 de Março, eleições para a Comissão Política de secção da JSD da Póvoa de Lanhoso, conselheiros distritais e representantes da JSD à CPC do PSD, tendo sido eleita por unanimidade.

Comissão política

Presidente — Humberto Manuel Martins Carneiro
Vice-presidentes — Albino Amaro da Costa e Domingos Gomes Barroso

Secretário — Alzira M. Matos Freitas Couto
Vogais — Manuel do Nascimento Pereira Vieira, Luís Amaro da Costa e António Hernâni Fernandes Martins
Conselheiros Distritais
Luís Amaro da Costa e Manuel do Nascimento Pereira Vieira

Representantes da CPS/JSD à CPC/PSD

Humberto Manuel Martins Carneiro e Manuel do Nascimento Pereira Vieira

RIO MAIOR

Reunido a 28 de Março de 1988, o Plenário da JSD de Rio Maior com a presença do Presidente da CPD/JSD, Miguel Relvas, foram eleitos com 20 votos a favor, 2 brancos e 3 nulos, os órgãos concelhios da JSD desta secção.

Composição da CPS

Presidente — Rui Pereira da Silva
Secretário — Ricardo José Estevão Clemente
Vogais — Pedro Clemente, António Barbosa, Francisco Barata Moreira, Paulo Vicente, Luís Duarte Soveral, Nuno José Filipe e Anabela Crisóstemo.

Conselheiros Distritais

Efectivo — Paulo Gomes
Suplentes — Ricardo Sequeira Nobre e Luís Couveiro

RIO TINTO

A nova Comissão Política do Núcleo da vila de Rio Tinto da J. S. D., eleita no passado dia 20 de Fevereiro, passou a ser constituída por:

Presidente: António Jorge Mendes Miranda Pereira
Vice-presidente: Pedro Luís da Costa Maia Bernardo
Secretário: Vladimiro Manuel de Abreu Mendes Ribeiro

Tesoureiro: Paulo Jorge Seabra Almeida
Vogais: Maria Manuela Lopes Pereira Ribeiro e Luís Jorge Cunha Pinto Faria.

SILVES

Comissão Política

Presidente: Rui Fernando Gonçalves Silva
Vice-presidente: Rui Jorge Paulino e Artur José Calado Cabrita

Secretário: Luís Carlos Gonçalves Silva
Tesoureiro: Luís Renato Vieira Catarino
Vogais: Rui Manuel Cuiça Luís, Luís Alberto Sequeira da Luz, Miguel Serol, Cidália Maria Oliveira Cabrita e Francisco José P. Sesinando Coelho.

Delegados ao Plenário Distrital da JSD do distrito de FARO

Rui Jorge Paulino, Artur José Calado Cabrita e Rui Fernando Gonçalves Silva

NÚCLEO DE S. B. MESSINES

Este núcleo foi eleito no dia 22 de Janeiro e tem a seguinte composição:

Comissão Política de Núcleo

Presidente: Artur José Calado Cabrita
Vice-presidente: Luís Alberto Sequeira da Luz
Secretário: Rui Manuel Cuiça Luís
Tesoureiro: Luís Renato Vieira Catarino
Vogais: Nuno Manuel Cipriano Correia, Luís Miguel dos Santos Cabrita, Inácio Luís P. Sacramento, João Manuel Pereira Cabrita, Maria João Rosário Mogo, Carlos Jorge, Elsa Maria Alves Guerreiro e Fernando Varela.

Mesa de Plenário de Secção

Presidente: Rui Fernando Gonçalves Silva
Secretário: Luís Carlos Gonçalves Silva

BRAGANÇA: MONUMENTO AO ESTUDANTE NORDESTINO

Para assinalar o dia 24 de Março — dia nacional do estudante — a Associação de Estudantes da Escola Secundária Emídio Garcia, em Bragança, promoveu um interessante programa.

Assim, no dia 24 pelas onze horas, o Ministro Adjunto e da Juventude, Engenheiro Couto dos Santos presidiu à cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento dedicado ao estudante nordestino.

Depois da cerimónia, o Ministro da Juventude reuniu com dirigentes associativos do Distrito para debate alargado sobre o fenómeno associativo em geral e sobre os apoios que o seu ministério atribuiu às Associações de Estudantes.

A seguir ao almoço, o Ministro da Juventude participou num debate sobre as perspectivas da juventude nos anos 90, no qual foram também oradores, perante uma audiência jovem que enchia por completo a sala, o Deputado Adão e Silva e o Dr. Alves, sociólogo.

Antes da partida para Lisboa, o Ministro da Juventude acompanhado por Vitor Raposo, Presidente da Associação de Estudantes da Escola promotora da iniciativa, visitou demoradamente uma feira do livro integrada no programa de comemorações.



A primeira pá de cimento posta pelo Ministro da Juventude



A reunião com dirigentes associativos...



Um olhar sobre a feira do livro, acompanhado por Vitor Raposo

MATOSINHOS

A nova Comissão Política Concelhia da JSD de Matosinhos, eleita no passado dia 2 de Fevereiro, passou a ser constituída por:

Presidentes: Vitor Miguel da Graça Rocha Ribeiro

Vice-presidente: José António Dias Figueiredo, Joaquim Manuel Pereira de Almeida e Silva, Armando Albino Dias Venâncio*

Vogais: Maria Paula Megre Ferreira, José Vasques Teixeira de Lencastre, Jacinto Henrique Vieira de Moura.

* (este elemento acumula as funções de secretário).

REGUENGOS DE MONSARAZ

No dia 24 de Março de 1988, em reunião presidida pelo Presidente da Comissão Política Distrital, António

Borges Balão, foram eleitos os novos órgãos, passando a ser constituídos por:

Data de eleição — 8.03.24

Reunião presidida por — António Borges Balão (Presidente da CPD/JSD).

Comissão Política

Presidente — João Paulo Malhadas Teixeira
Secretária — Maria Teresa C. C. Leal da Piedade
Tesoureiro — Luís Miguel de Mendonça R. Baptista
Vogais — Maria Madalena Candeias Baioa, Paula Cristina Candeias Baioa, Marieta de Jesus Rosado Valadares, Eduardo Jorge de Sousa Albardeiro

Representantes ao Conselho Distrital

Efectivos — Maria Teresa C. C. Leal da Piedade, Marieta de Jesus Rosado Valadares, Carlos Manuel Cunha P. Martins Barão

Suplentes — Luís Miguel de Mendonça R. Baptista, Paula Cristina Candeias Baioa, Maria Madalena Candeias Baioa

(Continua na página 10)

AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Interno, convoco o Conselho Distrital de Aveiro da JSD, para reunir, em sessão Ordinária, no próximo dia 16 de Abril de 1988 (sábado), pelas 14.30 horas na Secção de St.ª Maria da Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, na cidade de St.ª Maria da Feira e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política.
- 3 — Eleição de Delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD.

Mesa do Conselho Distrital
O Presidente
Ana Paula Ribau Esteves

- Nota:* 1 — A Mesa do C. D. fixa o prazo de entrega de listas candidatos à eleição do ponto 3 da O. T. até ao dia 13, das 10.30 às 11.30 horas na Sede Distrital, sita Rua José Estevão, 10, 2.º dt.º.
- 2 — O ponto 3 do O. T. para eleição dos delegados, decorre em sistema de urna aberta, entre as 16.00 e às 17.00 horas.

BARCELOS

Ao abrigo do disposto no art.º 60º, n.º 1, dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Barcelos para reunir ordinariamente no próximo dia 25 de Abril de 1988, pelas 10.00 horas, na Sede do PSD local, sita na Av. Alcaide de Faria, 226, primeiro andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
 - 2 — Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Barcelos e dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Braga.
- A Comissão Política Distrital de Braga da JSD
João Paulo Macedo

BRAGA

Nos termos das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis, e a requerimento da Comissão Política Distrital, convoca-se o Conselho Distrital de Braga da Juventude Social Democrática para reunir ordinariamente no próximo dia 16 de Abril, pelas 15 horas, na Sede de Braga do PSD, sita no Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116, daquela cidade, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
 - 2 — Alteração ao Regime do Conselho Distrital.
 - 3 — Análise da situação política.
 - 4 — Eleição dos Delegados da JSD ao XIV Congresso do PSD.
- A Mesa do Conselho Distrital de Braga da JSD
O Presidente
Miguel Macedo

Nota: Nos termos do disposto no art.º 12º do Regulamento Interno do Conselho Distrital, as listas concorrentes às eleições referidas no ponto 3 da Ordem de trabalhos deverão ser entregues na Secretaria Distrital da JSD até 48 horas antes da eleição e subscritas por 5% dos membros do Conselho, devendo ainda ser acompanhadas dos termos de aceitação respectivos.

BRAGANÇA

Nos termos das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis actualmente em vigor, convoco o Conselho Distrital da Juventude Social Democrática do Distrito de Bragança, para uma reunião ordinária, a realizar no próximo dia 17 de Março de 1988 pelas 9.30 horas e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
 - 2 — Ratificação de novas secções.
 - 3 — Apresentação e votação do regulamento da CESD;
 - 4 — Eleição dos Delegados da JSD ao Congresso do PSD.
 - 5 — Outros assuntos.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
Francisco José da Costa Gaspar

CONVOCATÓRIAS**COIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para o próximo dia 15 de Abril, pelas 21.30 horas, na Sede do PSD, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 23, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos Delegados da JSD ao Congresso do PSD.
- 3 — Aprovação do Regulamento do Conselho Distrital.

O Presidente da Mesa
António Paulo Pereira Coelho

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais JSD e de acordo com o disposto no regulamento de participação da JSD no Congresso Nacional do PSD convoca-se o Conselho Distrital/Évora, JSD para reunir no dia 17 Abril 1988 pelas 14.30 horas na Sede Distrital de Évora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Discussão e Votação do Relatório e Contas — 1987.
- 3 — Eleição dos dois delegados da JSD do distrito ao Congresso Nacional do PSD.
- 4 — Análise da situação política.

Nota: As listas candidatas à eleição referida no ponto 3 da O. T. deverão ser entregues à Mesa do Conselho Distrital até às 22.00 horas do dia 16 de Abril 1988.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
Silvino António Alinho

Convocatória

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais JSD e de acordo com o regulamento da Comissão Académica de Évora, convoca-se o Plenário CAE para reunir na sede do PSD no dia 21 de Abril de 1988 pelas 22.00 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição da Comissão Coordenadora CAE e representante ao Conselho Nacional da JSD.
- 3 — Outros assuntos.

P'la CPN
António Balão

Nota: As listas dos candidatos às eleições referidas no ponto 2 deverão ser entregues à mesa do Plenário até ao início da reunião.

E. S. DA AZAMBUJA

Convoco o plenário do N. E. S. D. da Escola Secundária da Azambuja, para reunir na referida escola no dia 22 às 16.00 horas.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
 - 2 — Análise da situação do Movimento Associativo.
 - 3 — Eleição da Direcção do Núcleo.
- Director da C. E. S. D. L.
Luís Miguel Palmeiro

GANDOMAR

Nos termos dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoco o plenário da JSD de Gondomar, para reunir no dia 17 de Abril de 1988 pelas 10.00 horas, na Sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Aprovação do Regulamento do Plenário

GANDOMAR

Nos termos dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática, convoco o plenário da JSD de Gondomar, para reunir no dia 17 de Abril de 1988 pelas 10.30 horas, na Sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos Conselheiros Distritais.
- 2 — Eleição da Comissão Política Concelhia.

Nota: Regulamentos e listas deverão ser entregues no início dos trabalhos.

A Comissão Política Distrital do Porto
Ilegível

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Conselho Distrital da JSD da Guarda a reunir no próximo sábado, dia 16 de Abril, às 15.00 horas na Sede Distrital do PSD com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação político-partidária.
- 3 — Discussão e aprovação do Regulamento do Conselho Distrital.
- 4 — Eleição dos dois delegados da JSD ao Congresso do PSD.

LISBOA

Por demissão do Presidente da CPDL e ao abrigo dos estatutos nacionais, convoco o Conselho Distrital de Lisboa da JSD, para o dia 14 de Abril de 1988, pelas 21.30 horas no Hotel Berna, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Relatório de actividades e contas da CPDL.
- 2 — Eleição da Comissão Política Distrital e de Delegados ao Congresso do Partido.

Nota: As listas devem ser entregues na Sede Distrital com 48 horas de antecedência.

O Presidente da Mesa
Jorge Paulo Roque da Cunha

LISBOA — Área Oeste

Ao abrigo do disposto dos Estatutos da JSD, convoco o Conselho Distrital Área Oeste do Distrito de Lisboa para uma reunião que terá lugar no próximo dia 16 de Abril (sábado) pelas 16.00 horas, na Sede de Secção do Sobral de Monte Agraço, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição para o Delegado ao Congresso do PSD.
- 3 — Análise da situação política distrital.

O Presidente
Mário Manuel Jacinto Rodrigues

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos da JSD convocam-se todos os militantes da secção de Macedo de Cavaleiros da JSD para um plenário de secção a levar a efeito no dia 16 de Abril, pelas 15.00 horas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos Órgãos de Secção.
- 2 — Análise da Situação Política.

O Presidente da CPD
Vitor Raposo

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco um Conselho Distrital Extraordinário da JSD de Santarém para reunir no dia 16 de Abril, com início às 9.45 horas na Sede do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, 10 1.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos Delegados ao XIV Congresso do PSD.
- 2 — Homologação da Secção de Rio Maior.

Pela Mesa do Conselho Distrital/JSD Santarém
O Presidente
Carlos Alberto Simões Rodrigues

Nota: Ao abrigo do Regulamento Distrital (art.º 15) as listas terão que dar entrada até às 18.00 horas, na Sede Distrital, do dia 13 de Abril, tendo que ser compostas por 3 efectivos e 3 suplentes e subscritas por 10% dos membros do Conselho Distrital; a eleição decorrerá no sistema de urna aberta, entre as 10.00 e as 11.30 horas.



destaque



Um aspecto dos trabalhos

FORMAÇÃO EM COIMBRA

Realizou-se no dia 26 de Março, no salão das Piscinas Municipais de Coimbra, um Curso de Formação de Quadros Associativos do Ensino Secundário que reuniu mais de duas dezenas de participantes. Esta iniciativa, de âmbito distrital, foi organizada conjuntamente pela Comissão Política Nacional da JSD e pela Comissão do Ensino Secundário Distrital de Coimbra em colaboração com a Área de Juventude do Instituto Progresso Social e Democracia — Francisco Sá Carneiro.

Intervieram nos trabalhos: João Granja, membro da Comissão Política Nacional da JSD e Coordenador Nacional da estrutura sócio-estudantil do Ensino Secundário e membro da Direcção-geral da AAC, Manuel Duarte, sociólogo e Coordenador da Área de Juventude do IPSD, Pedro Oliveira, animador juvenil e Filipe Lima, dirigente associativo.

Filosofia de participação no Movimento Associativo, estrutura de uma Associação de Estudantes, planeamento, execução e financiamento de actividades e aspectos legislativos foram alguns dos temas abordados ao longo das diversas sessões.

Foi analisada detalhadamente toda a problemática da legalização das Associações de Estudantes tendo, no final dos trabalhos, Nuno Freitas, responsável distrital pela estrutura estudantil da JSD, dado conta

aos órgãos de Comunicação Social de algumas das questões que mereceram um particular consenso entre os presentes:

1. Manifestar a disponibilidade das Associações de Estudantes presentes, em particular, e dos estudantes que representam, em geral, para colaborarem nos desafios nacionais do combate ao insucesso escolar e da reforma do sistema educativo.

2. Necessidade do rápido estabelecimento de um consenso nacional com vista à alteração de diversos aspectos da lei 33/87 (lei da legalização das A.E.'s.), nomeadamente alterando a possibilidade de existência de mais de uma Associação de Estudantes por cada estabelecimento de ensino, ajustando a possibilidade de existência de uma estrutura autónoma para os trabalhadores-estudantes, etc.

3. Realçar a necessidade de o Ministério da Educação ou o Ministro Adjunto e da Juventude, procederem a um rápido envio de instruções claras aos Conselhos Directivos, sobre o processo em curso de legalização das A. E. 's. bem como indicações sobre os direitos e deveres destes.

4. Reafirmar a necessidade de uma alteração do Decreto Gestão, no sentido de um reforço da participação dos estudantes na vida da Escola, bem como um reconhecimento efectivo do importante papel das Associações de Estudantes.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

(Continuação da página 8)

LISBOA

Realizaram-se, no passado dia 7, eleições para os novos órgãos da C. E. S. D. L., G. A. E. S. D. L. e respectivos Conselheiros Distritais, ficando assim constituídos:

C. E. S. D. L.
Luís Miguel Palmeiro, Helena Isabel Costa, Sandra Nolasco, Paulo Alexandre Silva e Elisabete Feneira

G. A. E. S. D. L.
José Eduardo Martins, Sandra Alves, Rui Ganhão Pereira, Rodrigo Sousa Pinto e Rui Andrade

Conselheiros Distritais
Luís Miguel Palmeiro, José Eduardo Martins, Rui Ganhão Pereira, Sandra Alves, Rodrigo Sousa Pinto, Helena Isabel Costa e Sandra Nolasco

PROENÇA-A-NOVA

A Juventude Social Democrática — JSD do Concelho de Proença-a-Nova, elegeu recentemente em Plenário, com os votos da grande maioria dos seus militantes, que perante a apresentação de três listas concorrentes votaram maciçamente na lista A, dando-lhe a merecida vitória política, ficando assim distribuídos os novos órgãos directivos da JSD:

Comissão Política Concelhia da JSD
Presidente: Francisco Manuel Martins Grácio — reeleito

Vice-presidentes: João Carlos Barradas Dias Nunes, António José Pires Martins, João Luís Dias Fernandes
Secretário: Abel Delgado Martins
Tesoureiro: João António da Costa Rodrigues
Vogais: Maria José Martins Cardoso, José Alves Lopes, Ana Paula Martins Cardoso

Mesa da Assembleia Concelhia da JSD
Presidente: João José Mendes Simões
Vice-presidente: Amílcar Sequeira Lourenço
Secretário: José Carlos Lopes Mendes

LOURINHÃ

Mesa da Assembleia
Presidente: Jorge Manuel Ministro Vieira
Vice-presidente: António José Sarreira Onofre
Secretária: Ana Teresa Jesus Ferreira da Silva
Comissão Política Secção
Presidente: Ana Cristina Garcia Matos Manso

Vice-presidente: Nuno Jorge Pina
Tesoureiro: Elsa Maria Dias Pereira

Vogais: Maria do Rosário de Jesus Antunes, Maria de Fátima Conceição Canoa, Paulo Alexandre Ferreira Marta, Armanda Estela Val-de-Vigo Antunes, Johnson Félix Fonseca, Ana Teresa J. F. da Silva, João António Venâncio da Costa e António José Sarreira Onofre

Representantes da JSD na Secção do PSD
Ana Cristina Gracia Matos Manso

Representante na Comissão Política Distrital
João António Venâncio da Costa

Delegados ao Conselho Distrital
Ana Cristina Garcia Matos Manso, Armanda Estela Val-de-Vigo Antunes, Maria do Rosário de Jesus Antunes, Nuno Jorge Pina, Paulo Alexandre Ferreira Marta, Johnson Félix da Fonseca

Suplentes
Maria de Fátima Conceição Canoa, António José Sarreira Onofre, Elsa Maria Dias Pereira, Ana Teresa de Jesus Ferreira da Silva, Jorge Manuel Ministro Vieira

ANO EUROPEU DO AMBIENTE

Ano Europeu do Ambiente

MARÇO 87/88



POR UM AMBIENTE MELHOR

Por ocasião da celebração do Ano Europeu do ambiente a CPD da JSD de Leiria, numa feliz iniciativa editou o autocolante que, gostosamente reproduzimos.

VIANA DO CASTELO

CURSO DE FORMAÇÃO

Realizou-se na sede distrital da JSD de Viana do Castelo um curso de formação para quadros associativos do ensino secundário com a presença de duas dezenas de dirigentes associativos. A organização do curso coube à Comissão do Ensino Secundário Distrital com o apoio da Área de Juventude do IPSD.

Foram oradores João Granja, membro da CPN da JSD e Coordenador da estrutura socio-estudantil a nível nacional, Pedro Oliveira animador juvenil, Pedro Gomes, Director do «jovem Reformista» e Filipe Lima, dirigente associativo.



Analizou-se com cuidado a situação estudantil no distrito, tendo António Silva — Direc-

tor da CESD feito um balanço do trabalho realizado até ao momento.

De seguida, Pedro Gomes orientou o painel sobre organização e direcção de uma associação de estudantes, tendo Filipe Lima falado sobre planeamento de actividades.

Depois do jantar, Pedro Oliveira abordou o problema da execução e financiamento das actividades associativas e João Granja orientou um aceso e interessado debate sobre a legalização das Associações de Estudantes.

CONVOCATÓRIAS

(Continuação da página 9)

PORTO — Secção Ocidental

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD da Secção Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 23 de Abril de 1988 pelas 14 horas, na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição para os órgãos da secção, Comissão Política e Conselho Distrital.

Nota: 1 — A entrega das listas candidatas termina às 24 horas do dia 21 de Abril.
2 — As urnas encontram-se abertas das

14 horas às 19 horas.

P'la CPN
O Secretário
Mário J. Rebelo

SOBRAL DE MONTE AGRADO

Nos termos dos nossos estatutos, convocamos todos os militantes da JSD, para estarem presentes na Assembleia de Secção, que se realizará no próximo dia 16 de Abril, sábado, pelas 14.30 horas, na Sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Apresentação de Contas.
2 — Balanço das actividades empreendidas durante o ano findo.
3 — Eleições para a Mesa da Assembleia e Comissão Política Concelhia e Delegados ao Conselho Distrital, JSD/A. Oeste.



Há males que vêm por bem

Sem o 3 de Abril não teria havido 19 de Julho

É importante que ninguém se esqueça de que não teria havido 19 de Julho se não tivesse acontecido um 3 de Abril

CADA um tem os dias santos em que acredita, é natural que cada um celebre as efemérides que mais lhe interessam, afirmou o vice-presidente da bancada social-democrata durante uma declaração política em que sublinhou o significado do dia em que a oposição, com uma moção de censura, derrubou o X Governo, dando ocasião à retumbante vitória do PSD em 19 de Julho de 1987. Mendes Bota diz que ao longo dos últimos meses, muitos continuam a celebrar os rituais da vitória, outros procuram afanosamente minimizar os efeitos do 19 de Julho, descredita-lo, mas os mais procuram aproveitar este largo mandato de responsabilidade de que o povo português lhe conferiu, trabalhando, cumprindo promessas, alcançando objectivos, consolidando ideias.

Teremos de convir, desapaixadamente, prosseguiu o deputado social-democrata algarvio, que o dia 3 de Abril foi o dia mais negro da oposição de esquerda em Portugal desde a retomada da democracia plena a 25 de Novembro de 1975. O notável exemplo de uma vitória pírrica na nossa história política recente.

Ainda hoje, à distância prudente de doze meses, o povo português não conseguiu compreender porque razão ou razões se proporcionou assim, de uma forma tão abrupta como inesperada, o derrube de um Governo em que o povo acreditava, mergulhando o País numa crise política no momento em que já era visível uma franca recuperação económica e a retomada de con-

fiança e da consciência nacional.

Porque o Governo não caiu, disse Mendes Bota, por falta de diálogo. Antes pelo contrário, foi o X Governo quem pôs em prática, pela primeira vez em Portugal, uma política de rendimentos resultado de um acordo de concertação social. O Governo não caiu pelos fracos resultados da sua política económica e social. A produção nacional cresceu a um ritmo superior ao de qual, quer outro país da Europa, o investimento atingiu níveis impenáveis, a inflação baixou substancialmente, o poder de compra dos salários aumentou. O Governo não caiu pela sua fragilidade negociadora perante a CEE. Pelo contrário, Portugal soube acumular, desde a sua adesão, um capital de respeito e de admiração pela capacidade de resposta demonstrada.

Seremos poder pelo menos por quatro anos e fazemos questão de honra em cumprir até à exaustão todas as promessas eleitorais feitas

Foram tempos inesquecíveis aqueles da crise do 3 de Abril, prosseguiu o deputado Mendes Bota. Foi o tempo de acontecer o inimaginável.

De aqueles que desde o 25 de Abril até então sempre puseram uma vela diária no altar dos derrubes governamentais virem defender publicamente a disponibilidade das eleições já que havia uma maioria de 140 deputados, mesmo que hetero-



MENDES BOTA — declaração política

gênea, que se poderiam perfeitamente predispor a subverter os desígnios da vontade popular. E nem se inquietavam com a falta de argumentos para contrapor aos resultados de uma boa governação. Havia que travar o sucesso da actividade governativa.

Restava a solução final: o seu derrube.

mos poder pelo menos por quatro anos e fazemos questão de honra em cumprir até à exaustão todas as promessas eleitorais feitas aos portugueses e expressas no nosso Programa.

Não desbarataremos os reforçados apoios comunitários, nem os benefícios da conjuntura externa, em consumos estereis e efémeros, mas aproveitá-los-emos para introduzir as correcções estruturais de que a economia portuguesa carece.

Não governaremos nem para as claques da assistência, nem para as cliques dos corretores.

Não cederemos nem às pressões nem à chantagem, sejam de grupos económicos, sejam de grupos políticos, sejam de grupos sociais. O Governo sabe que contará sempre com a bancada do PSD no cumprimento do Programa que aqui mesmo viabilizámos.

Não temos o complexo da superioridade da «inteligência». Não somos um clube de dirigentes iluminados, forjados na luta estaudantil da década de 60. Não nos constituímos em vanguarda da classe

operária. Não somos elite, nem somos escumalha.

Somos o que somos. Representamos exactamente a população que nos elegeu.

Com os mesmos defeitos, as mesmas virtudes, as mesmas ambições, os mesmos sonhos.

Temos intelectuais, temos trabalhadores por conta de outrém, temos a classe média. E é porque somos representativos de um leque social tão variado, que o povo português nos escolheu. Exigimos, por isso, o respeito que nos é devido.

É com esta bancada, que o Governo pode contar para introduzir a reforma fiscal, para reduzir o peso do sector empresarial do Estado, para reformar as legislações laboral e

que o Governo é mau, e que todas as suas medidas não prestam!

Não porque esse facto nos perturbe em particular, mas porque a oposição, ao usar e abusar do seu direito de crítica, de uma forma tão sistemática, está ela própria a desvalorizar e a banalizar perante a opinião pública, uma das armas mais nobres do combate democrático, e um dos condimentos mais saborosos da luta política.

O que esperamos da oposição nesta Assembleia, não é apenas um repertório de críticas e denúncias, para figurarem nas actas.

Esperamos da oposição, que faça uso do potencial humano das suas bancadas, para apre-

Não queremos uma oposição submissa, reverencial e apagada, mas temos o direito de exigir uma oposição com uma postura mais construtiva

agrícola, para a reforma do sistema educativo, para a implementação de um novo modelo de gestão hospitalar.

Por outro lado, disse noutra ponto o deputado Mendes Bota, sabemos e contamos com a actividade da oposição a qual não vai perder qualquer ensejo de tentar perturbar o clima de confiança e de estabilidade.

Não queremos, não desejamos, nem nos interessa uma oposição submissa, uma oposição reverencial, uma oposição apagada. Mas temos o direito de exigir da oposição, a bem do sistema democrático em que vivemos, uma postura de participação mais construtiva e de maior responsabilidade.

Preocupa-nos, sinceramente, o facto de a oposição repetir todos os dias, ao pequeno almoço, ao almoço e ao jantar,

sentar e submeter à discussão, projectos de lei que toquem verdadeiramente o fundo das questões. Que mostre alternativas legislativas à produção governamental.

Em contrapartida, aumentou substancialmente, o volume de tempo perdido em incidentes processuais, numa tentativa evidente de travar o passo e o ritmo das propostas governamentais e da bancada do PSD.

Foi esse tipo de actuação, que mereceu num passado ainda recente, fortes punições eleitorais.

Nesse mesmo passado, o povo português, já deu provas de discernimento e de maturidade política.

É pena que continue a haver quem não saiba extrair do passado as lições de sabedoria popular, concluiu o deputado Mendes Bota.

Emigração: um problema de todos os Portugueses

O fenómeno do regresso de cerca de 25 000 portugueses por ano oriundos principalmente da Europa, põe-nos novos desafios, disse o deputado Fernando Figueiredo ao abordar, no Parlamento, o problema do retorno e reinserção de milhares de compatriotas nossos emigrantes.

Portugal, disse aquele deputado social-democrata, já deu um exemplo inolvidável ao mundo quando do regresso de meio milhão de portugueses das antigas colónias. Agora terá de solucionar da melhor maneira possível os problemas do regresso e reinserção.

A estabilidade política de que presentemente disfrutamos e o desenvolvimento económico do nosso País, internacionalmente reconhecido, são o mais decisivo contributo para a melhoria das condições de retorno a Portugal.

No entanto, prosseguiu Fernando Figueiredo, para que

este retorno/inserção se faça com sucesso, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento regional, é indispensável o empenhamento das sociedades de desenvolvimento regional, das comissões de coordenação regional, dos centros de desenvolvimento industrial do interior, dos gabinetes coordenadores de programas integrados de desenvolvimento regional e a instituição do sistema de estímulos de base regional.

Fernando Figueiredo afirma que não podemos alhear-nos, por outro lado, à existência de cerca de 4 milhões de portugueses residentes fora do território nacional pelo que o PSD, desde o seu Programa até à prática governativa sempre envidou os melhores esforços no sentido de atender, na medida do possível, às necessidades de apoio às comunidades no estrangeiro.

Todavia, reconhece aquele deputado, há problemas que não dependem exclusivamente

do Governo português. Estão neste caso aqueles que sem a concordância ou acordo dos países de acolhimento não podem ser solucionados independentemente do empenhamento ou interesse demonstrados por Portugal na sua resolução.

Com a adesão de Portugal à CEE foram dados muitos passos positivos no que concerne às comunidades residentes nos restantes países membros, mas há ainda muito que fazer neste domínio. Aliás os problemas existentes têm vindo a sofrer alterações sensíveis no decorrer dos tempos, porque a emigração em muitos casos não é estática mas dinâmica e a todo o tempo há que fazer atempadamente as alterações e ajustamentos necessários.

Entretanto o Governo, de acordo com o seu Programa, já tomou algumas medidas correctoras cujos resultados são visíveis. Em primeiro lugar a atribuição da competência consular ao secretário de Estado das Comunidades Portu-

guesas permite uma melhor articulação dos meios disponíveis para apoio às comunidades portuguesas, ou seja consulados e delegações do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

Outro aspecto é o da informação pelo que foram celebrados e reformulados os protocolos de colaboração com os órgãos de comunicação social.

Por outro lado a activação da Comissão Interministerial para a Emigração e Comunidades Portuguesas é também um passo decisivo para a articulação dos diferentes departamentos do Estado nas tarefas ligadas a esta área tão importante.

A concluir a sua intervenção, Fernando Figueiredo reafirmou a liberdade de os portugueses decidirem continuar nos países de acolhimento ou regressar a Portugal. Em qualquer dos casos, disse, compete ao Governo português dar-lhes o melhor apoio, o que está a fazer.



FERNANDO FIGUEIREDO

PSD é o Partido mais votado em toda a zona da Reforma Agrária

Política agrícola do Governo satisfaz agricultores Portugueses

Os agricultores portugueses estão informados sobre a política agrícola do Governo e por isso votaram maciçamente no PSD em 19 de Julho.

AQUELA votação maciça deu como resultado ter sido o PSD o partido mais votado em toda a zona de intervenção da reforma agrária nas eleições de 19 de Julho, prova de que os agricultores reconhecem que as suas condições e rendimentos melhoraram com o X Governo. O ministro da Agricultura, que respondia à interpegação do PCP sobre a política agrícola, contestava a acusação de falta de informação aos agricultores, acrescentando que a prova não é tão má como dizem os detractores do Governo, reside no número de agricultores que acorrem às indemnizações compensatórias. Já em 1987, disse Alvaro Barreto, o Governo pagou 6 milhões e 600 mil contos de indemnizações compensatórias e recorrem a elas 98 mil agricultores.

O ministro da Agricultura aproveitou a oportunidade que os comunistas lhe deram com aquele «ensaio» para a série de debates sobre legislação agrária que no dia seguinte começou no Parlamento para fazer, como disse, um «balanço do que foi a política agrícola do nosso País durante os dois últimos anos, com seriedade e apresentando valores que podem ser comprovados».

No discurso que então proferiu, de improviso, respondeu uma a uma a todas as questões levantadas pelos interpellantes, começando por sublinhar que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia representa um grande desafio para toda a actividade económica nacional, especialmente para a nossa agricultura. Começamos por ter de adoptar as diversas políticas que na realidade constituem uma política global.

Começando por abordar a política de mercado, ou seja tudo aquilo que regula as trocas dos diversos produtos agrícolas quer interna quer externamente, Alvaro Barreto disse que, durante o ano de 1986, houve que fazer a reformulação completa de toda a legislação e criar uma organização comum de mercado para cada produto, porque na Comunidade cada produto tem as suas regras próprias: regras de intervenção e de comercialização, de pagamento de taxas, etc.

Depois, como factor fundamental da política de mercados, temos a política de harmonização de preços. Portugal, em produtos essenciais e vitais, entrou na Comunidade com preços cerca de 60 a 70 por cento em relação aos valores comunitários. Mas na política de harmonização de preços, prosseguiu o ministro da Agricultura, não são só as regras consignadas no Tratado de Adesão que devem prevalecer, mas sim todo um conjunto de outras regras como a

evolução dos custos dos factores de produção; saber quais as necessidades de abastecimento do nosso País; saber se se trata de um produto excedentário ou de carência.

Assim, temos feito uma harmonização que, na realidade, resultou em não terem baixado os rendimentos dos agricultores. Os primeiros resultados dos estudos provisórios feitos pela Rede de Informação das Contabilidades Agrícolas (RICA) provam claramente que os rendimentos dos agricultores em 1987 aumentaram. Por outro lado, se olharmos para o INGA, instituição que tem por função dar as ajudas quer comunitárias quer nacionais, veremos que esta instituição pagou em 1987 à agricultura portuguesa, de ajudas comunitárias, subsídios a fundo perdido no valor de 27 milhões de contos e de ajudas nacionais mais de 40 milhões de contos.

Quanto aos atrasos do pagamento do subsídio de gasóleo estão a ser recuperados. No passado e antes deste Governo estava a ser pago com atrasos de seis meses a ano e meio. Este ano pagou-se no segundo mês do ano seguinte e espero que em 1988 já o possamos pagar no próprio ano.

Cobertura das importações pelo sector agro-alimentar subiu de 35 para 50 por cento

Alvaro Barreto referiu seguidamente o esforço feito na política dos mercados e na liberalização dos mercados externos, quer de oleaginosas quer de cereais, afirmando que a liberalização está feita, deixou de haver problemas com os abastecimentos. Não há problemas no abastecimento de oleaginosas ao nosso País. Neste momento está em curso a liberalização dos cereais. Em 1987 já foram liberalizados 40 por cento desses cereais. É evidente, notou Alvaro Barreto, que aparecem empresas multinacionais ligadas à liberalização dos cereais, mas todos sabemos que se trata de uma regra vigente no mercado mundial e verificava-se mesmo na altura em que as compras eram feitas através da EPAC. É preciso que se digam as verdades: a EPAC comprava exactamente às mesmas empresas que actualmente estão a comprar. São as mesmas empresas multinacionais que continuam a abastecer o País, mas fazem-no através de concurso público, uma forma mais transparente de actuar do que no passado quando tudo isto era monopólio da EPAC.

Também a liberalização dos cereais no mercado interno



Alvaro Barreto — peritos da CEE elogiam Portugal

merece a nossa atenção, disse o titular do MAPA, porque no fim do período, de transição vamos ter que proceder a essa liberalização. Pela primeira vez implementámos um esquema de apoio à comercialização directa de cereais. No ano passado foram gastos 2 milhões de contos para fomentar a entrega de cereais direc-

tamente ao último utilizador e isto para que, na realidade, o produtor agrícola se transforme naquilo que no futuro vai ter que ser — um empresário agrícola.

Quanto aos resultados da produção e da produtividade, podemos dizer que nos últimos dois a três anos a produção do trigo passou de 1,2 to-

neladas por hectare para 1,7. Poderá ter outros anos melhores do que outros mas, se analisarmos a sua evolução, verificamos que ela se faz no sentido positivo.

A mesma coisa se poderá dizer em relação ao milho, pois verifica-se um crescimento forte e declarado da sua produtividade. Actualmente, o País produz cerca de 50 por cento mais de milho do que produzia há cinco anos atrás.

Ao analisarmos a célebre dependência alimentar do nosso País, que é real, devemos também observar a sua evolução. Assim, em 1980 o grau de cobertura das exportações pelas importações no sector agro-alimentar atingiu aproximadamente os 35 por cento.

Reconheço que neste sector é difícil fazer a estatística da difícil que efectivamente é agro-alimentar, é difícil saber exactamente que produtos devem ser incluídos neste sector e que valor acrescentado deve entrar, por exemplo, nas exportações, onde, muitas vezes, o valor exportado é maior do que o valor agrícola adicionado. Mas se compararmos os

valores actuais com os de 1986, verificamos que a taxa de cobertura subiu para cima de 50 por cento.

Se fizermos a mesma análise relativamente aos valores dos produtos da floresta que se incluem no sector da produção primária e que se consideram produção alternativa, verificamos que Portugal obteve em 1986, pela primeira vez, uma balança muito perto do equilíbrio global, devido, especialmente, ao enorme dinamismo no âmbito da exportação de produtos da floresta, de que são exemplos a cortiça, a resina e os produtos de papel que incorporam altos valores florestais. Além destes, refiro ainda as madeiras para mobiliário. Tivemos uma evolução em que, de uma situação de elevado défice, passámos para uma situação em que apresentamos valores muito próximos dos da Comunidade Europeia.

1200 jovens agricultores instalados em 1987

Alvaro Barreto dedicou parte da sua exposição à expli-

(Continua na página 13)

Apoio efectivo à Lavoura objectivo descentralizador do MAPA

O modelo de funcionamento interno do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, no sentido de responder aos importantes desafios que a todos se colocam, foi a matéria abordada pelo secretário de Estado da Agricultura durante a interpegação do PCP ao Governo.

Alvaro Amaro disse que a orgânica definida de boa parte dos organismos do MAPA pretende melhorar o programa de desenvolvimento da agricultura discutindo-os com as partes interessadas. Assim pretende-se melhorar o sistema de apoio aos agricultores através das suas próprias organizações. Trata-se, por isso, disse, de melhorar o mais possível os circuitos de informação de modo a que as organizações de lavoura possam prestar mais e melhor apoio aos seus associados. Mas isso deverá implicar que a elas sejam cometidas funções que até hoje têm sido desempenhadas pelo Ministério, sem esquecer a capacidade técnica para o seu desempenho.

Até hoje, prosseguiu Alvaro Amaro, pese embora o balanço positivo da experiência, a transferência de técnicos para as organizações da lavoura raramente foi acompanhada de funções, o que tem implicado que alguns dos cerca de 200 técnicos hoje já transferidos, se manifestam sem qualquer tipo de enquadramento funcional.



Alvaro Amaro — descentralizar de funções e cedência de técnicos

O que se pretende é reforçar o MAPA reforçando as organizações da lavoura pela via da descentralização de funções e cedências de técnicos.

Um dos programas já em marcha de apoio aos agricultores é o designado por Cem Dias no Campo. Significa isso que em cem dias já identificados até fim do ano, decorrerão jornadas profissionais, dias de demonstração e dias de vulgarização junto dos agricultores nas várias regiões do País. Pressupõem um grande envolvimento de vários departamentos do MAPA no sentido de levar até junto dos agricultores a informação téc-

nica disponível e oferecer-lhes, porventura, outras opções.

2 milhões de contos para sanidade animal

Outro programa anunciado pelo secretário de Estado da Agricultura do Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS). Trata-se de associações de agricultores que deverão assumir funções importantes no domínio sanitário, com encargos resultantes da sua aplicação integralmente suportados pelo Estado nos dois primeiros anos e com um máximo de 20 por

cento para os criadores a partir do sexto ano.

Para 1988 foi mobilizada a participação financeira comunitária, de mais de um milhão de contos, para suporte de despesas de instalação e funcionamento, dentro duma política que o governo perfilha, dando início a uma nova metodologia de trabalho, no campo, envolvendo mais os criadores e suas associações.

Mas, mais uma vez, porque também aqui entendemos que as medidas não podem surgir desgarradas, inserimos os ADS num plano nacional de saúde animal.

Os meios postos à sua disposição — cerca de 4 milhões de contos — nessa nova metodologia de trabalho, potencializando os meios disponíveis, irá permitir um aumento substancial das acções com resultados previsíveis na melhoria do estatuto sanitário dos efectivos existentes.

Isto, disse Alvaro Amaro, acreditamos, permitir-nos-á pensar que, a médio prazo, obstáculos ligados a problemas de saúde animal tenderão a esbater-se, e a livre circulação poderá vir a conseguir-se.

No respeitante a melhoramento zootécnico, a valorização da exploração pecuária, pelo reconhecimento da qualidade dos produtos disponíveis, tem vindo também a ser apoiado tal como o fomento da produção de bovinos e o fomento de ovinos e caprinos, concluiu o secretário de Estado da Agricultura.

Época do campesinato rural já passou

A hora que passa é a hora do agricultor, ele próprio empresário e elemento essencial do novo tecido social agrícola.

SOARES Costa, que fez a intervenção de fundo em nome da bancada social-democrata durante o debate da interpelação do PCP ao Governo sobre política agrícola, abordou principalmente o empenho governamental no sentido de transformar os empresários agrícolas nos principais executores da transformação da agricultura portuguesa.

Durante anos se ouviu clamar neste País porque não se dispunha de uma política agrícola, disse Soares Costa. Hoje, após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, não mais é lícito colocar essa questão, visto que o quadro de referências essenciais no qual a agricultura portuguesa deverá mover-se, ou resulta directamente do Tratado de Adesão a que estamos vinculados, ou tem de enquadrar-se no direito derivado agrícola que constitui o edifício da PAC, ou resulta da negociação constante em que participamos em Bruxelas.

Também durante décadas muitas se interrogaram sobre o futuro sem horizonte da nossa agricultura, ela própria incapaz de encontrar um caminho de desenvolvimento.

Hoje, bem pelo contrário, encontramos-nos perante um estimulante leque de oportunidades, de modernização e de progresso que os agentes económicos do sector agrícola querem e já demonstraram que estão empenhados em aproveitar.

A época do campesinato rural já passou e hoje não tem mais espaço para existir na agricultura da Europa Comunitária.

A hora que passa é a hora do agricultor, ele próprio empresário e elemento essencial, evoluído e prestigiado, do novo tecido social agrícola que importa criar ou recriar a cada momento.

Por isso, o Ministério da Agricultura não mais deverá ser visto e considerado como entidade interventora e principal executora da transformação da agricultura, como o PCP continua a reclamar que seja.

O facto de agora estarmos integrados num grande espaço económico, de economia

aberta, competitiva e participada determina orientação bem diversa.

O centro de gravidade das decisões e das iniciativas tem agora de ser deslocado do Ministério e progressivamente transferido para as empresas agrícolas e para as associações representativas dos agricultores.

É a empresa agrícola, como entidade produtiva e ela própria geradora de riqueza e de bem-estar social, que importa estimular e modernizar mas também desenvolver e responsabilizar.

É na empresa agrícola moderna e empreendedora que reside o grande potencial para a mudança e modernização do sector.

O que é necessário, pois, é conferir à empresa e ao agricultor empresário o estatuto a que têm direito numa sociedade rural moderna, facultar-lhes as medidas de enquadramento e suporte que necessitam e dinamizar a sua própria iniciativa face às oportunidades que lhes são oferecidas.

Essas oportunidades têm de ser abertas e têm de ser criadas, nomeadamente, em relação às actividades e produções em que Portugal dispõe de vantagens comparativas. É isso que o Governo tem feito e conseguido com sucesso na negociação constante que decorre em Bruxelas.

Depois, têm de ser divulgadas na comunidade agrícola nacional: é isso que o Governo vem fazendo, melhorando os canais de comunicação e o diálogo com os agricultores e suas associações com as cooperativas e agrupamentos de agricultores, através dos serviços regionais do Ministério.

Em seguida, têm de ser compatibilizadas e articuladas a nível regional para que os recursos existentes sejam aproveitados de forma correcta e coerente.

Finalmente, há que potencializar os recursos pela divulgação de novas tecnologias de produção e seu aperfeiçoamento, pela modernização das explorações e pela formação profissional dos agricultores, tudo visando aumentar a produtividade e a competitividade dos produtos agrícolas portu-



Soares da Costa — programas de desenvolvimento agrícola regional

gueses, melhorar o rendimento dos agricultores e gerar maior bem-estar social no mundo rural.

O programa e a actuação do Governo em matéria de política agrícola não se têm limitado, nem se limitarão, no futuro, à aplicação de programas enlatados comunitários

É conhecido o atraso estrutural com que a agricultura portuguesa encetou o seu confronto com a agricultura europeia, prosseguiu o deputado social-democrata.

Por isso se negociou um período de transição com as modalidades adequadas e com a duração possível para que, através da reconversão e melhoria sensível das estruturas, se pudesse encarar a transição progressiva e a integração harmoniosa no momento da adesão plena.

Durante este período, para além de se assegurar uma protecção adequada na área da política de mercados e preços,

está a ser implementada uma ampla e diversificada política de aplicação dos instrumentos que visam a adaptação, reconversão e melhoria da componente socio-estrutural da agricultura portuguesa.

Aqui se inclui a aplicação em Portugal dos já conhecidos instrumentos comunitários pertinentes e, simultaneamente, de um amplo conjunto de medidas específicas, umas de natureza comunitária, com o seu apoio, e outras da iniciativa e instituídas pelo próprio

Política Agrícola do Governo satisfaz agricultores Portugueses

(Continuação da página 12)

cação, uma vez mais, do processo da aplicação dos investimentos comunitários à agricultura portuguesa, analisando, entre outros, o apoio ao sector privado, informando que em 1987 foram aprovados 5005 projectos de agricultores e de empresas privadas num valor global de algumas dezenas de milhões de contos.

É demagógico dizer-se, adiantou o ministro, que só se abrange não sei quantos por

Governo português e a carga do nosso orçamento.

O Programa e a actuação do Governo, em matéria de política agrícola, não se têm limitado, nem se limitarão no futuro, à negociação em Bruxelas e à aplicação em Portugal de programas enlatados comunitários, como as oposições querem fazer crer.

Essa é uma mensagem falsa, afirmou o com conselheiro de causa.

Esse é um falso discurso com o qual se pretende enganar a opinião pública e enviar a verdade. Não é de facto assim...

O Governo está empenhado num conjunto de outras acções, cuja enorme relevância e impacto nacional têm de ser reconhecidos por esta câmara e ditos ao País, não só para que conste, mas sobretudo para que à volta delas se crie um sentido e uma consciência nacional de participação e corresponsabilidade.

Onde os regulamentos e directivas da vertente socio-estrutural da PAC eram insuficientes para promover as modificações estruturais de que a agricultura portuguesa carecia, o Governo negociou e tem em implementação programas específicos para Portugal. São exemplos disso o PEDAP e o Programa de Reestruturação das Vinhas em Portugal. E aqui, repito, estes instrumentos não são programas comunitários enlatados: são programas concretos e específicos, concebidos para dar resposta a necessidades reais da agricultura portuguesa.

Onde as explorações agrícolas e as acções estruturantes, a

montante e a juzante das actividades directamente produtivas, são insuficientes para promover o desenvolvimento regional global e harmonioso, porque outras componentes do processo de desenvolvimento é necessário impempenhar, o Governo pôs em marcha os PIDR's — Planos Integrados de Desenvolvimento Regional com as suas componentes estruturais. Estes programas estão consignados de forma plurianual e dotados no O.E., e abrangem hoje diversas regiões do País.

Por outro lado, é óbvio, que as possibilidades de intervir em favor da modernização do sector agrícola não se esgotam na aplicação da legislação política socio-estrutural agrícola, nem com a introdução das ajudas comunitárias ou das ajudas nacionais específicas.

Era necessário introduzir mecanismos de enquadramento das medidas de política e dos investimentos, individuais e colectivos, públicos e privados, que permitam a sua articulação e a utilização concertada dos recursos disponíveis.

É este objectivo que o Governo pretendeu atingir com a introdução dos PDAR's — Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional — os quais, em zonas geográficas correspondentes às zonas agrárias ou agrupamentos de zonas agrárias, visam estabelecer uma programação agrícola integrada de base regional que permita compatibilizar e dar coerência interna às medidas e acções previstas para o desenvolvimento de cada uma das regiões predominantemente agrícolas.

cento dos agricultores. Como era possível para 800 mil agricultores conseguir imediatamente uma grande percentagem? Mas são 5000 novos projectos e, desses, mais de 30 por cento são dedicados a jovens agricultores e ao apoio à instalação de jovens agricultores. No passado, instalaram-se cerca de 130 jovens agricultores por ano. Num único ano, em 1987, instalámos 1200, ou seja, no seguimento desta política instalámos cerca de 10 vezes mais jovens agricultores do que nos anos anteriores.

Álvaro Barreto referiu a visita das comissões de fiscalização da CEE a Portugal em 1987 para fazerem a análise dos esquemas que o Governo montou para controlar a aplicação dos fundos comunitários e o relatório altamente elogioso em relação à actividade que o Governo exerce nesse sector que aquelas comissões elaboraram, relatório que prestigia o País, não o MAPA isoladamente, mas sim os agricultores portugueses e o País.

O ministro da Agricultura referiu-se ainda ao diploma recentemente aprovado sobre legislação florestal, englobando matérias como o arrendamento florestal, o ordenamento das áreas percorridas por fogos, a protecção dos montados e a declaração dos cortes.

Abordou também o pro-

blema da formação profissional, revelando que neste momento há 20 centros a funcionar com esse objectivo e em 1990 haverá 40. Foi feito um esforço no sentido de termos hoje, disse, quatro vezes mais centros de formação profissional do que tínhamos nos princípios desta década, e temos a certeza de que, daqui a uns tempos, teremos quatro vezes mais do que actualmente.

Penso hoje, afirmou Álvaro Barreto a concluir, que passados dois anos sobre a nossa adesão, sobre todas as vozes que clamavam a desgraça, sobre todas aquelas que diziam que a nossa agricultura ia ser pura e simplesmente destruída, tem sido possível, articulando bem a nossa frente em Bruxelas com o empenho na frente interna, fazer a aplicação de todo um conjunto de normas, de todo um conjunto de regulamentos, totalmente inovadores — e que, em qualquer circunstância, iriam provocar grande perturbação — sem grandes distorções e utilizando bem os nossos fundos. Não se podem pedir resultados sobre o que estamos a investir hoje, mas tenho a certeza — como já disse nesta Assembleia — de que, dentro de 3 anos, 4 anos ou 5 anos, os efeitos desta política, destes investimentos, da canalização destes fundos irão fazer-se sentir, a bem da agricultura portuguesa, a bem dos agricultores portugueses.



PSD Povo Livre

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de Buenos Aires, 39 - 1296 LISBOA Telef. 602140

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____ LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA RENOVAÇÃO SEMESTRAL ANUAL

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____ [Assinatura]

Lei do arrendamento rural: Ponto de encontro entre rendeiros e senhorios

A exploração da terra deve constituir para o arrendatário uma forma rentável e compensadora de encarar a sua vida e a dos seus.

NUM país que se diz essencialmente agrícola, possuidor de 300 mil explorações sujeitas ao regime de arrendamento, a dois passos da plena entrada na Europa, não é possível adiar por mais tempo a publicação de legislação que integre os últimos aspectos ligados à prática da agricultura em terra de outrem. O imobilismo verificado tem conduzido a situações de grande confusão, de aproveitamentos escandalosos, de desconfianças e, naturalmente de conflitos.

O deputado social-democrata João Maças, ao intervir no debate sobre a autorização legislativa para o Governo aprovar o regime geral do arrendamento rural, proposta que já foi aprovada na generalidade com os votos favoráveis do PSD e do CDS, disse que os agricultores não esperam outra coisa pois querem corresponder ao desafio que lhes é colocado, sabendo que são tão capazes de atingir metas como os seus pares da CEE. Desgostam-nos, porém, as dificuldades com que ainda deparam. Mesmo aqueles mais evoluídos, mais vocacionados para se tornarem empresários agrícolas, sentem que legislação muito importante necessita sair, de modo a saberem exactamente com o que poderão contar. Ao fim e ao cabo sabem que a verdadeira política agrícola só surgirá mediante a adopção de medidas mais claras que lhes permitam enquadrar a sua vida com maior segurança.

Por outro lado, afirmou aquele deputado social-

-democrata, legislar sobre arrendamento rural não pode traduzir-se no benefício de uma parte da comunidade agrícola em detrimento da outra. Senhorio e rendeiro não podem entender-se como adversários e muito menos como inimigos. A existência de uns não pode determinar o desaparecimento de outros. Ambos fazem parte de um mesmo universo. Enquanto uns cedem o património por se sentirem impossibilitados de o explorar, os outros usufruem dele por vontade própria, mediante condições acordadas à partida. As duas partes têm como finalidade ao estabelecerem o acordo, defender interesses próprios que não têm de ser antagónicos, antes podem ser compatíveis e concorrerem para um objectivo comum, como de alguma forma já referi.

É este conceito de complementaridade que nós, social-democratas, não encontramos, em legislação anterior sobre a matéria. Ignorar este conceito é definir-se regras que à partida parecem não visar mais do que contribuir para resolver descentamentos. Ora, os conflitos quase sempre nascem da falta de clareza ou de justiça e jamais surgem do equilíbrio e da defesa igual dos vários interesses.

Entendemos que qualquer lei que à terra respeite, tem de colocar sempre e acima do mais a função social que ela encerra. Assim sendo, todas as regras relacionadas com a sua utilização têm de estar subordinadas a este princípio e é imperioso que aqueles que a



João Maças — defender o conceito de complementaridade

detêm, como propriedade ou para exploração, não esqueçam a sua principal vocação.

Uma sociedade que não salvaguarde o seu património e não o reconheça como seu, despreza valores fundamentais e não pode arrogar-se de se considerar uma sociedade moderna.

O Governo propõe-se criar condições com vista a dotar senhorios e rendeiros de um conjunto de regras onde se encontrem defendidos os interesses de ambos

O Governo, prosseguiu João Maças, propõe-se criar condições com vista a dotar senhorios e rendeiros de um conjunto de regras onde se encontrem defendidos os interesses de ambos.

Regras de jogo do emparcelamento:

Defender os interesses dos Agricultores contra as facilidades técnicas dos especuladores

DEFENDER os interesses dos agricultores contra as demasiadas facilidades técnicas dos «emparceladores», bem como o da parte mais fraca em relação ao que força a troca são, disse o secretário de Estado da Agricultura, as regras do jogo das bases gerais do emparcelamento dos prédios rústicos e de explorações agrícolas — proposta do Governo já debatida em plenário e que há-de ser aprovada ainda esta semana.

Alvaro Amaro começou por sublinhar, na sua exposição, as três notas características das bases do emparcelamento: primeiro, definir separadamente os grandes princípios e garantias que devem nortear o emparcelamento e a sua regulamentação; segundo, o consen-

timento da iniciativa às autarquias locais e aos particulares, que coloca o problema do emparcelamento nas mãos dos principais interessados desburocratizando o processo, ficando apenas reservada ao Estado a aprovação dos projectos; terceiro, é reforçado o sentido de emparcelamento das explorações agrícolas em detrimento do objectivo do simples redimensionamento da propriedade.

Os agricultores, muito deles apenas rendeiros, que têm que exercer a sua actividade por vezes em parcelas muito dispersas, podem agora provocar o emparcelamento da mesma exploração sem que isso implique necessariamente o emparcelamento da propriedade e sem que a tanto se possam opor os proprietários.

mem sente a necessidade de possuir algo que garanta os seus direitos, se consagra a obrigatoriedade de contrato de arrendamento escrito.

Da letra do documento que o Governo nos forneceu, no que ao senhorio concerne, sobressai a intenção de rever anualmente as rendas, baseando esta revisão no valor dos produtos retirados da exploração, mediante tabelas a mandar publicar por períodos não superiores a dois anos pelo ministro da Agricultura. Trata-se de uma forma justa de garantir ao longo do prazo do arrendamento um rendimento compatível com os preços dos produtos e dos factores de produção. Os rendeiros não poderão sentir-se honestamente prejudicados encontrando-se assim uma fórmula que certamente motivará maior confiança por parte dos senhorios levando alguns a arrendarem as suas terras.

Procura-se, por outro lado, não cecear a possibilidade de um senhorio ou um seu herdeiro poder vir a assumir a exploração, findo o prazo constante do arrendamento. Parece legítimo que assim seja; o contrário significaria que o arrendatário havia assumido a posse plena de propriedade.

Igualmente, a leitura atenta do texto anexo à proposta de lei nº 32/V, não pode deixar de manifestar a intenção de garantir condições para que a exploração da terra constitua para o arrendatário uma forma rentável e compensadora de encarar a sua vida e a dos seus. Os prazos e renovações de contrato de arrendamento são claramente compatíveis com a utilização de técnicas e realização de investimentos, quer se destinem ao agricultor autónomo, ao agricultor de maior dimensão ou ainda àquele que justifiadamente carece de um período que pode ir até 25 anos para fazer face a investimentos especiais.

Ao consagrar estes prazos de arrendamento, está-se implicitamente a acarinharem a existência de rendeiros distintos, admitindo que no sector agrícola todos têm lugar. Se de uma

maneira pouco rigorosa se pode pensar que os rendeiros maiores são aqueles que mais facilidade podem ter em constituir empresas agrícolas em moldes europeus, não devemos também esquecer que aqueles que definimos por agricultores autónomos são ainda os que mais contribuem para a produção agrícola nacional.

PSD propõe algumas alterações

Por outro lado, adiantou João Maças, a legislação que o Governo irá publicar ao abrigo desta autorização legislativa, não deverá deixar de ter em conta que as alterações que pretende introduzir na legislação vigente poderão ter alguns efeitos perversos na desejada estabilidade e equilíbrio das relações entre arrendatários e proprietários.

Nestes termos, o grupo parlamentar do PSD sugere ao Governo que, em relação aos arrendamentos em vigor à data da promulgação do decreto-lei, celebrados por escrito ou verbalmente, seja garantido, a título de transição, um período mínimo de vigência dos contratos existentes que permita aos rendeiros enfrentar sem sobressaltos os compromissos que tenham assumido e perspetivar o seu futuro.

Entendemos igualmente que o prazo de exploração directa obrigatória consignada no nº 2 do art.º 18.º do projecto de decreto-lei anexo, deverá ser ampliado para cinco anos e bem assim a indemnização, prevista no nº 4 do mesmo artigo, deverá ser ampliada para o quintuplo do valor das rendas.

Idêntico critério deverá ser estabelecido para o nº 3 do art.º 26.

Finalmente, entende o grupo parlamentar do PSD, não haver razão, no contexto actual, e muito menos no futuro para a inclusão do nº 2 do art.º 17, o qual sugerimos que seja eliminado, visto que até é restritivo das oportunidades de obstar à denúncia por parte do arrendatário.

Congregação de interesses e acordo de partes são indispensáveis

A conjugação de interesses e o acordo de vontades entre as partes — aquilo que se pretende consubstanciar na lei do arrendamento — mostram-se indispensáveis para o aumento das áreas cultivadas e consequentemente da produção agrícola do País, interesse público que o Governo quer incentivar, afirmou o secretário de Estado da Agricultura.

Alvaro Amaro explicitou alguns aspectos da lei como a celebração dos contratos, prazos, transmissão e sistema de benfeitorias.

A propósito dos primeiros, disse haver necessidade de criar um clima que estimule a efectiva celebração de contratos, reduzindo-os a escrito, mas isentando-os de qualquer tipo fiscal.

Este tipo de contratos que agora se pretendem estimular, na certeza de que, no justo equilíbrio que agora se configura, haverá maior propensão para o arrendamento como forma de garantia àqueles — e ainda são muitos — que não têm possibilidades de adquirir

as suas próprias terras — delas poderem beneficiar, trabalhando-as, num clima de estabilidade e com regras perfeitamente definidas que se pretendem defensoras de ambas as partes.

Opta-se pela fixação de um prazo não inferior a 10 anos para o arrendamento tipo empresarial com renovações de 3 em 3 anos alargando-se assim o prazo relativamente ao regime actual.

Incentiva-se, tal como nos sistemas europeus, a renda em dinheiro, podendo actualizar-se anualmente — não como alguns defendem, ao livre arbítrio das leis do mercado — mas sim, segundo o sistema de renda máxima tabelada com base nos géneros, culturas e evolução dos preços em cada região e ouvindo sempre as associações de agricultores.

Não se deixa, no entanto, de atender às especificidades regionais com os seus usos e costumes e por isso se admite a renda em dinheiro e géneros.

Melhora-se o já anterior sistema de reconversão do arren-

(Continua na página 15)

III Congresso Nacional dos TSD

1 — Rateio de Delegados ao III CNTSD, eleitos nos circuitos eleitorais Distritais / Regionais, nos termos do n.º 2 do Art. 4.º do Regulamento Eleitoral.

— Aveiro	18
— Beja	5
— Braga	17
— Bragança	9
— C. Branco	11
— Coimbra	14
— Évora	5
— Faro	7
— Guarda	7
— Leiria	9
— Portalegre	5
— Santarém	9
— Setúbal	16
— V. Castelo	6
— Vila Real	6
— Viseu	15
— Açores	9
— Madeira	15
— Porto	61
— AML	139
— Área Oeste	7

das listas, junto da COC, termina em 29.04.88
3 — As eleições decorrerão a 13 e 14 de Maio/88.

III CNTSD

Relação das Empresas e Associações Sindicais que elegem delegados ao III CNTSD, nos termos do n.º 3 do Art. 4.º do Regulamento Eleitoral.

ESTATUTOS Das Comissões de Trabalhadores

1 — BPA	1
2 — UBP	1
3 — BESCL	1
4 — BNU	1
5 — BBI	1
6 — BP	1
7 — BTA	1
8 — CTP	1
9 — Soc. Parafusos Fluor	1
10 — SBSI	1

11 — ANA	1
12 — EPAL	1
13 — BONANÇA	1
14 — IMPÉRIO	1
15 — TLP	1
16 — CTT	1
17 — TAP	1
18 — IEFPP	1
19 — EDP	1
20 — Petrogal	1
21 — Metro	1
22 — Fidelidade	1
23 — Mendes Godinho	1
24 — BPSM	1
25 — Mundial Confiança	1
26 — Aliança Seguradora	1
27 — Direcção Geral das Alfândegas	1
28 — BFB	1
29 — CGD	1
30 — RDP	1

Dos Sindicatos

31 — MENSIO	1
32 — FENSIQ	1
33 — FENSIQ	1
34 — SIQTER	1

35 — SICONT	1
36 — SITECSA	1
37 — SICOP	1
38 — STCP	1
39 — SETCA	1
40 — SNAQ	1
41 — SIM	1
42 — Sind. Trab. Portuários Tráfego de Norte	1
43 — Sind. Trab. Portuários Tráfego Lisboa e Centro de Portugal	1
44 — Enfermeiros do Centro	1
45 — Estivadores e Conferentes Mart. Fluv. Distrito de Porto	1
46 — Fed. Nacional dos Psicólogos	1
47 — Sind. Oficiais Eng.ª Máq. Marinha Mercante	1
48 — Sind. Nacional Médicos Veterinários	1
49 — Panificação de Viseu	1
50 — Sind. Pessoal de Tensourarias da Fazenda Pública	1

51 — Sind. Nac. Corpo da Guarda Prisional	1
52 — Sind. Profissionais de Farmácia do Norte	1
53 — UGT	5
54 — Bancários do Centro	1
55 — Bancários do Norte	2
56 — Bancários do Sul e Ilhas	2
57 — Economistas	1
58 — Engenheiros da Região Sul	1
59 — Engenheiros Técnicos do Sul	1
60 — Escritórios de Angra do Heroísmo	1
61 — Escritórios de Aveiro / Centro e Norte	1
62 — Escritórios de Braga	1
63 — Escritórios do Porto	1
64 — Pescadores de Aveiro	1
65 — Professores Zona Centro	1
66 — Professores Zona Norte	1
67 — Quadros Técnicos do Estado	1
68 — Seguros do Norte	1

69 — Seguros do Sul e Ilhas	1
70 — SETAA	1
71 — SETACOP	1
72 — SIARTE	1
73 — SINAP	1
74 — SINDECO	1
75 — SINDEGRAF	1
76 — SINDEL	1
77 — SINDEP	1
78 — SINDEPESCAS	1
79 — SINDEQ	1
80 — SINDETELCO	1
81 — SINDHAT	1
82 — SINDITE	1
83 — SINDIVIDROS	1
84 — SINFESE	1
85 — SINTABA	1
86 — SINTAP	1
87 — SITESE	1
88 — SITRA	1
89 — Técnicos de Vendas	1
90 — Trens e Revisão	1
91 — Enfermeiros Zona Norte	1
92 — SINAFE	1
93 — Sind. Mestrança	1
94 — Sind. Prof. de Pontão e Vendas de Ponta Delgada	1

TSD - CONVOCATÓRIAS

CTT DA AML

O Núcleo dos CTT de Lisboa da AML, vai realizar uma Assembleia no próximo dia 15 de Abril às 18.30 h., na Rua da Conceição, 113-3.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Análise da situação político-laboral
- 2.º — Congresso dos TSD

Contaremos com a presença de Fernando Nogueira, secretário nacional dos TSD e presidente do Sindicato dos Economistas.

A. Distrital de Braga

A Mesa da Assembleia Distrital dos TSD de Braga, no cumprimento do art. 42.º alínea a) dos Estatutos, convoca todos os membros a ele pertencentes para uma reunião, a realizar no dia 29 de Abril, pelas 21.00 horas, na Rua Santa Margarida, 2-A na Sede distrital do PSD em Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- a) Ponto único — Eleição do Secretariado Distrital dos TSD de Braga.

Congregação de interesses e acordo das partes são indispensáveis

(Continuação da página 14)

damento, incluindo-se o prazo de 25 anos, para protecção dos investimentos com alteração dos prazos normais do arrendamento — essencial para os agricultores e cultivadores, que hajam recorrido ou venham a recorrer a ajudas da Comunidade para melhoramentos das suas explorações agrícolas.

Proíbe-se, como é de justiça, o subarrendamento e mantêm-se idênticos os fundamentos para a acção de resolução ou despejo, no decorrer do prazo do arrendamento.

Reestabelece-se a justiça no regime da transmissão do arrendamento (que havia insolitamente «desaparecido» em 1979).

Aperfeiçoa-se o sistema das benfeitorias, beneficiando o

benfeitor, seja ele o arrendatário ou o senhorio.

Mantém-se idêntico o prazo de comunicação de denúncia e melhora-se substancialmente o regime de oposição à denúncia, privilegiando o explorador directo, quer ele seja o senhorio — caso em que, podendo o prazo contratual, retomar a exploração directa do prédio para si ou para os filhos, jovem agricultores, quer o explorador directo seja o rendeiro, que mesmo findo aquele prazo tem direito a opôr-se ao despejo caso o senhorio destine o prédio a novo arrendamento.

É certamente também esta uma forte razão para que esta Assembleia, tal como o Governo, não queira ver o País estruturalmente adiado, concluiu Álvaro Amaro.

No Telejornal de 02.04.88, Torres Couto, para justificar a Aliança entre Comunistas e Socialistas que promoveu no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, argumentou que, no seu próprio Sindicato — o Sindicato de Seguros do Sul e Regiões Autónomas — os Trabalhadores Social Democratas se TERIAM ALIADO A TRABALHADORES AFECTOS AO PCP PARA O «DERRUBAR».

Torres Couto MENTIU DESCARADA MAS CONSCIENTEMENTE A MILHÕES DE PORTUGUESES, o que é tanto mais grave quando se trata do Secretário Geral de uma Central Sindical, a quem ficaria melhor ou-

tro tipo de métodos.

Sobre o assunto, somos a esclarecer o seguinte:

1 — Nunca se verificou qualquer tipo de aliança para órgãos permanentes do Sindicato entre social democratas e comunistas, DESDE SEMPRE.

2 — No último Congresso, aliás como em todos os anteriores, o que estava preparado eram listas que incluíam todas as Tendências, para os ÓRGÃOS QUE CESSAM FUNÇÕES COM O PRÓPRIO CONGRESSO, LISTAS DAS QUAIS OS SOCIALISTAS SE EXCLUÍRAM À «ÚLTIMA HORA»: A Comissão de Verificação de Poderes, a Comissão de Síntese e a Mesa

do Congresso.

3 — Os Social Democratas apresentaram Listas PRÓPRIAS PARA OS ÓRGÃOS DO SINDICATO: CONSELHO GERAL, CONSELHO FISCALIZADOR E CONSELHO DE DISCIPLINA.

4 — Os social democratas NÃO APRESENTARAM LISTA PARA A DIRECÇÃO, PELO QUE TORRES COUTO NÃO CORRIA O RISCO DE SER «DERRUBADO».

5 — Os social democratas apresentaram ao Congresso uma MOÇÃO DE ESTRATÉGIA PRÓPRIA.

6 — Até ao momento e só para falar nos tempos em que

o Sindicato se vem regendo pelos actuais Estatutos, *SÓ UMA VEZ ALGUMA DAS TENDÊNCIAS APRESENTOU LISTAS CONJUNTAS COM OS COMUNISTAS PARA UM ÓRGÃO PERMANENTE DO SINDICATO, A MESA DO CONSELHO GERAL, ÓRGÃO MÁXIMO ENTRE CONGRESSOS: FOI PRECISAMENTE A TENDÊNCIA SOCIALISTA E, TAL COMO AGORA ACONTECE NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS, QUEM A PROMOVEU FOI TORRES COUTO.*

(A Secção Sindical de Seguros dos Trabalhadores Social Democratas).

Manuel Moreira em Loures e na Moita

O Secretário-Geral Adjunto do PSD, Manuel Moreira, participa no próximo sábado, dia 16 de Abril, em dois Encontros de Autarcas, nos quais abordará a temática Poder Local e Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989.

Às 10 horas estará na Moita, a participar no Encontro de Autarcas Social Democratas de Setúbal, Palmela, Montijo e Moita.

Às 15 horas estará em Loures, na Casa de Cultura de Moscavide, no Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas de Loures.

Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas do Concelho de Loures

No próximo dia 16, realiza-se na Casa da Cultura de Moscavide, o Encontro em epígrafe com o seguinte programa:

10.H — ABERTURA, Intervenção dos membros da Comissão Coordenadora Concelhio de Loures do PSD

10.30 — ANÁLISE DA ACTIVIDADE DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS DO MUNI-

CÍPIO E DAS FREGUESIAS DE LOURES

15H — PODER LOCAL E ESTRATÉGIA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1989 — por Manuel Moreira, secretário-geral adjunto do PSD

17H — HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO — por Elias Costa, secretário de Estado da

Habitação e Construção 18.30 H — APROVAÇÃO DAS CONCLUSÕES

18.45 H — SESSÃO DE ENCERRAMENTO — intervenções de Lívio Borges — presidente do Conselho Directivo da ANASD e de António Capucho, — ministro dos Assuntos Parlamentares e vice-presidente do PSD.

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

Mira Amaral

Central nuclear não resolve problema energético português

O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, acaba de dar posse aos membros de uma comissão consultiva e de um grupo executivo que vão elaborar o Plano Energético Nacional (PEN)

OS especialistas agora empossados, cerca de 50, deverão apresentar no início do próximo ano um documento contendo os princípios básicos do PEN, o qual deverá ser entendido como «uma primeira sistematização de informações», segundo

afirmou o secretário de Estado da Energia, Ribeiro da Silva. Segundo aquele governante, «o PEN não será uma lei quadro da energia, mas sim um instrumento flexível, capaz de, em qualquer momento, fornecer informações sobre as implicações e resultados energéti-

cos das opções que forem sendo tomadas».

Nuno Ribeiro da Silva sublinhou, por outro lado, que o futuro plano incluirá uma abordagem global do sector energético e não se centrará, como os anteriores PEN's, no problema do subsector da electricidade.

Os dois anteriores planos energéticos nacionais, que tinham como horizonte temporal o ano de 2005, desactualizaram-se rapidamente e eram documentos definitivos que apresentavam perspectivas pouco flexíveis.

Debruçavam-se apenas sobre a forma como poderia ser resolvido o problema da elec-

tricidade, ou seja, se a energia eléctrica deveria ser produzida com mais gasolina, com mais gás, com mais carvão, ou com o recurso ao nuclear.

O ministro Mira Amaral sublinhou, por sua vez, que uma central nuclear em Portugal não resolveria por completo o problema energético do País, mas apenas 16 a 17 por cento das necessidades.

O ministro adiantou que apenas 16 a 20 por cento do petróleo é utilizado para produção de electricidade e que «há toda uma utilização de petróleo, nos transportes e na indústria, que não iria ser satisfeita através de uma central nuclear».

Eurico de Melo elogia F.A.'s

O ministro da Defesa participou, no passado sábado, na romagem ao túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha, tendo então afirmado que os valores de comportamento patriótico «são valores intrínsecos das Forças Armadas Portuguesas».

Tratou-se de uma romagem destinada a assinalar o 70.º aniversário da Batalha de La Lys. O ministro Eurico de Melo fez um elogio especial aos que combateram nas ex-colónias — «Considero ajustada uma especial referência à forma honrosa e abnegada como, nos últimos tempos, serviram no Ultramar».

«Durante 14 longos anos de guerra — acrescentou o ministro — as Forças Armadas Portuguesas deram ali provas de valentia, de espírito de missão e de sacrifício que muito as dignificam e que as impõem com toda a justiça à consideração de todos quantos conhecem as acções relevantes que realizaram».

SEC apoia universitários

A Secretaria de Estado da Cultura está disposta a apoiar as iniciativas académicas no domínio das actividades culturais.

Teresa Gouveia é de opinião que as Universidades têm sido, ao longo dos séculos, locais privilegiados de crítica, inovação e produção de conhecimentos.

Aquela governante afirmou que já estão feitos os contactos com o Ministério da Educação, com vista a apoiar as iniciativas académicas no domínio das actividades culturais.

Livros para Maputo

Portugal vai ajudar a divulgar e valorizar o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa em Moçambique. Acordo nesse sentido acabado de ser assinado, em Lisboa, pelos governos português e moçambicano.

O projecto compreende a aquisição em Portugal de livros para o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa da Biblioteca Nacional de Moçambique, e envolve a compra de livros para o comércio livreiro de Moçambique, entre outros aspectos.

«Noruega» ajuda Guiné-Bissau

O Governo português decidiu enviar para a Guiné-Bissau o navio de investigação «Noruega», que ali irá estudar as águas de pesca daquele país africano de expressão portuguesa.

Trata-se de uma acção a desenvolver no âmbito da cooperação entre o Instituto Português de Investigação das Pescas e o Laboratório de Biologia Marinha de Bissau.

A bordo do «Noruega» seguiu uma lancha para a pesca de arrasto, oferta do Governo português à Guiné-Bissau.

Empresário do Ano vem a Portugal

O «Jovem Empresário Português do Ano» na África do Sul irá ser premiado com uma viagem de 15 dias a Lisboa, Porto e Bruxelas — disse o secretário-geral do partido, deputado Luís Geraldês.

Além deste prémio, a Associação dos Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP) recebeu da direcção do Banco Internacional de Lisboa, cujo presidente é Durval Marques, um computador para a gestão da jovem associação.

Portugal coopera com a ONUDI



Portugal e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial assinaram na passada quinta-feira, em Lisboa, três acordos de cooperação. Deslocou-se ao nosso país, para esse efeito, o director-geral da ONUDI, Domingo Siazon. Os acordos referem-se à utilização do Centro de Investigação e Desenvolvimento para a Indústria Farmacêutica, a criar pelo Governo português no âmbito do LNETI, à cooperação geral entre a agência e Portugal, e à formação (envolvendo técnicos e instituições) de pessoal especializado nos países em vias de desenvolvimento.

No domínio da Segurança Social

Assinado acordo entre Portugal e os EUA

DESTINADO a garantir uma mais eficaz protecção em matéria de segurança social aos portugueses que trabalham nos Estados Unidos, foi assinado recentemente entre os governos português e norte-americano um acordo que revoga legislação existente naquele sector há mais de 20 anos.

Pelo nosso Governo, assinou o documento o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Manuel Filipe Correia de Jesus, tendo o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Edward Rowel rubricado o acordo em representação da Administração norte-americana.

Entre as diversas áreas abrangidas pelo presente acordo figuram os regimes de pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, prevendo nessas

matérias a possibilidade de serem totalizados os períodos de seguro cumprido nos dois países para facilitar a abertura

dos respectivos direitos às pensões e o seu pagamento, mesmo quando transfirmam a residência para o outro país.

O acordo de segurança social, agora assinado, entra em vigor no próximo dia 1 de Junho.



Assinatura do Acordo de Segurança Social entre Portugal e os EUA